

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC CELSO CERQUEIRA LOPES

A EXPANSÃO CHINESA PARA OS OCEANOS:
um estudo sobre a estratégia do poder naval chinês sob o enfoque corbetiano

Rio de Janeiro

2021

CC CELSO CERQUEIRA LOPES

A EXPANSÃO CHINESA PARA OS OCEANOS:
um estudo sobre a estratégia do poder naval chinês sob o enfoque corbetiano

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Octacilio Bandeira Peçanha

Rio de Janeiro

Escola de Guerra Naval

2021

RESUMO

O propósito deste trabalho é analisar a aplicação da estratégia do poder naval da China à luz da teoria de Julian Stafford Corbett, a fim de verificar se há pontos de aderência entre ambas. Para atingi-lo, será utilizada a metodologia descritiva analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A relevância do tema está na possibilidade de entender o raciocínio segundo o qual a República Popular da China prepara e aplica seu poder naval, de forma a proteger o seu comércio marítimo exterior. Uma vez que a América do Sul pode se tornar um ponto de interesse econômico e político chinês, o entendimento daquele raciocínio permitirá antecipar como o poder naval chinês eventualmente atuaria dentro da área de interesse marítima brasileira. Uma das características marcantes de Corbett é a percepção de que a guerra segue os objetivos estabelecidos pela política. Outra característica do autor são suas ressalvas ao princípio de buscar e destruir o inimigo em uma batalha decisiva, uma vez que considera que um inimigo com força superior não poderá ser destruído, senão a um alto custo. Dessa forma, ele propõe que a estratégia mais adequada é a de atuar em linhas defensivas, utilizando-se do contra-ataque. No que diz respeito à campanha marítima em seu aspecto geral, Corbett preconiza que se deve buscar o comando do mar, através do controle das linhas de comunicações marítimas comerciais e militares. O autor conclui que se deve, para comandar o mar, buscar ocupar posições que seriam primariamente bases navais e, secundariamente, pontos finais e focais de linhas de comunicações e comércio mais importantes. Observa-se que a China estabeleceu linha de ação defensiva para proteger seus objetivos ultramar, através da exploração do contra-ataque. Nesse escopo, foi atribuída elevada importância à proteção das linhas de comunicações marítimas, através de meios navais adequados ao exercício de seu controle. Aquele Estado também está providenciando a instalação de bases em posições que permitem distribuir a força naval à distância que possam prover apoio mútuo, ao mesmo tempo em que se contrapõem a ameaças descentralizadas. Por fim, a Marinha do Exército de Libertação Popular vem se capacitando, cada vez mais, para conduzir operações anfíbias além da segunda cadeia de ilhas, o que denota a importância que tem atribuído às operações combinadas. Todos esses preceitos alinham-se ao que é proposto na teoria de Corbett, de modo que se pode concluir que a estratégia do poder naval chinês tem aderência com ela.

Palavras-chave: Corbett, Linhas de Comunicações Marítimas. Republica Popular da China. Oceano Índico. Mar do Sul da China. Águas Azuis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Política <i>one belt one road</i>	54
Figura 2 - Países aderentes à iniciativa <i>one belt one road</i>	55
Figura 3 - Pleitos territoriais no Mar do Sul da China.....	56
Figura 4 - Postos avançados chineses nas Ilhas Spratly.....	57
Figura 5 - Alcance dos mísseis de cruzeiro e balísticos da RPC.....	58
Figura 6 - Linha do tempo para o cálculo da década de inquietação.....	44
Figura 7 - Aumento do poder militar da RPC.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASBM -	Mísseis Balísticos Anti-Navio
ASCM -	Mísseis Anti-Navio de Cruzeiro Avançados
EUA -	Estados Unidos da América
LACM -	Mísseis de Cruzeiro de Ataque a Alvos Terrestres
LCM -	Linhas de Comunicação Marítima
LPD -	Navio de Desembarque-Doca
LHA -	Navio de Assalto Anfíbio
MELP -	Marinha do Exército de Libertação Popular
OBOR -	<i>One Belt One Road</i>
ONU -	Organização das Nações Unidas
PCC -	Partido Comunista Chinês
PIB -	Produto Interno Bruto
RPC -	Republica Popular da China
SAM -	Mísseis Superfície-Ar
SLBM -	Mísseis Balísticos Lançados por Submarinos
SS -	Submarinos de Ataque à Propulsão Diesel Elétrica
SSBN -	Submarinos Nucleares Lançadores de Mísseis Balísticos
SSN -	Submarinos Nucleares de Ataque

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	PRECEITOS TEÓRICOS DE CORBETT.....	10
2.1	Teoria Geral da Guerra de Corbett.....	10
2.1.1	Corbett e as Naturezas da Guerra.....	11
2.1.2	Operações Combinadas: A Cooperação entre Forças Navais e Forças Terrestres....	14
2.2	Teoria da Guerra Naval de Corbett.....	15
2.2.1	Teoria do Objetivo: O Comando do Mar.....	15
2.2.2	Teoria dos Meios: A Constituição de Forças Navais Segundo Corbett.....	18
2.2.3	Teoria do Método: Concentração e Dispersão de Forças no Mar.....	19
3	AS AÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS CHINESAS.....	22
3.1	Estratégia Político-Econômica Chinesa.....	23
3.2	As Novas Diretrizes Políticas e a Expansão do Emprego da Marinha Chinesa.....	26
3.3	A Estratégia de Meios para o Futuro da Marinha Chinesa.....	30
4	ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO PODER NAVAL CHINÊS NA NOVA ERA.....	35
4.1	Análise das Novas Diretrizes Políticas e do Redirecionamento da Estratégia Naval Chinesa.....	35
4.2	Perspectiva de Evolução da Estratégia Naval Chinesa.....	42
5	CONCLUSÕES.....	48
	REFERÊNCIAS.....	51
	ANEXOS.....	54

1 INTRODUÇÃO

A política de abertura econômica chinesa iniciada em 1978, promovida por Deng Xiaoping (1904-1997), constituiu o pontapé inicial do atual ciclo de desenvolvimento da República Popular da China (RPC). O consequente crescimento econômico veio a incrementar a demanda por matérias-primas e recursos energéticos para sua sustentação. Dessa forma, houve uma intensificação do comércio exterior chinês, de modo a garantir o suprimento de suas crescentes necessidades.

Nesse contexto, o Partido Comunista Chinês (PCC) veio a criar um projeto geopolítico de desenvolvimento centrado na ampliação da interdependência político-econômica com os demais Estados. Tal fato veio a aumentar a relevância das comunicações marítimas por onde os insumos eram transportados, principalmente aquelas por onde transitam os hidrocarbonetos, dos quais a segurança energética chinesa depende.

As principais fontes de recursos energéticos da China encontram-se no comércio com Estados do Oriente Médio e África. Desse modo, tornou-se necessário que a Marinha do Exército de Libertação Popular (MELP) ampliasse seu horizonte de atuação também para o Oceano Índico, a fim de garantir a proteção das linhas de comunicação marítima (LCM) entre esses países e a RPC.

Sendo assim, a conjuntura vivida pela China passou a ser semelhante àquela da Grã-Bretanha em seu período neocolonial, quando dependia em grande medida dos recursos vindos pelo mar desde suas colônias espalhadas pelo globo. Portanto, a mudança da orientação da marinha chinesa, de defesa da área costeira para a atuação em águas azuis, veio a demandar uma reorientação da estratégia de seu poder naval, e um aumento de sua mentalidade marítima.

A estratégia naval britânica é bastante influenciada pela teoria de Sir Julian Stafford Corbett (1854-1922), o qual ministrou palestras no *Royal Naval College* sobre

história naval e militar aplicada à estratégia naval. Uma de suas características marcantes é a percepção de que a guerra segue os objetivos estabelecidos pela política. E outra característica do autor são suas ressalvas ao princípio de buscar e destruir o inimigo em uma batalha decisiva, uma vez que considera que um inimigo com força superior não poderá ser destruído, senão a um alto custo. Dessa forma, ele propõe que a estratégia mais adequada é a de atuar em linhas defensivas, utilizando-se do contra-ataque. No que diz respeito à campanha marítima em seu aspecto geral, Corbett preconiza que se deve buscar o comando do mar, através do controle das LCM comerciais e militares.

Portanto, em função de o paradigma marítimo chinês atual aproximar-se daquele vivido pela Grã-Bretanha neocolonial, a questão de pesquisa que este estudo tentará responder é: o emprego do poder naval chinês, no que diz respeito à proteção das LCM do Mar do Sul da China e Oceano Índico no período de 2010 a 2021, está de acordo com os preceitos da teoria de Corbett?

O propósito deste trabalho é, portanto, analisar a aplicação da estratégia do poder naval da China à luz da teoria corbetiana, a fim de verificar se há pontos de aderência entre ambas. Para atingi-lo, será utilizada a metodologia descritiva analítica, fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental.

A relevância do tema está na possibilidade de entender o raciocínio segundo o qual a RPC prepara e aplica seu poder naval, de forma a proteger o seu comércio marítimo exterior. Uma vez que a América do Sul pode se tornar um ponto de interesse econômico e político chinês, o entendimento daquele raciocínio permitirá antecipar como o poder naval chinês eventualmente atuaria dentro da área de interesse marítima brasileira.

Esta pesquisa será dividida em cinco capítulos, incluindo a presente introdução. No capítulo dois, serão apresentados os conceitos de Corbett que serão considerados na análise. Sua abordagem será iniciada pela teoria geral da guerra, em que o autor ressalta a

subordinação do poder militar ao poder político. Ainda nesse tópico, será descrita a classificação das guerras segundo Corbett: ofensiva ou defensiva, quanto ao seu caráter; e ilimitada ou limitada, quanto aos seus objetivos. Também será abordada a importância da interação de forças terrestres e navais na consecução da campanha, nas chamadas operações combinadas. Em seguida, será apresentada a teoria da guerra naval corbetiana, que contempla assuntos como o comando do mar, a estratégia de meios e a dispersão de forças no mar.

No terceiro capítulo, será descrita a atual estratégia político-econômica adotada pela China, a qual é tida pelo PCC como o centro de seu desenvolvimento e a determinante do eixo de expansão marítima chinês. Também serão pontuadas as novas diretrizes políticas à expressão militar do poder, e as ações empreendidas pela MELP para atendê-las. Ao fim do capítulo, será abordada a estratégia de meios que a RPC começou a levar a cabo, a fim de incorporar as capacidades que lhe permitam atender às novas demandas.

A análise do capítulo quatro, está dividida em dois segmentos. Primeiro serão confrontadas as ações presentes e os resultados de curto e médio prazos, a fim de verificar se as providências já envidadas, no que diz respeito ao preparo e emprego da MELP, estão em linha com a teoria formulada por Corbett. Em seguida, buscar-se-á prognosticar se o cenário de longo prazo demandará, ou não, estratégia de características corbetianas.

Por fim, o capítulo cinco apresentará as conclusões da pesquisa, e se a estratégia do poder naval chinês é aderente à teoria de Corbett.

Sendo assim, o próximo capítulo iniciará o estudo, com a apresentação dos preceitos corbetianos que nortearão a análise.

2 PRECEITOS TEÓRICOS DE CORBETT

Neste capítulo serão pontuados os conceitos concebidos por Corbett (1854-1922), cuja aderência por parte do poder naval chinês é o objeto de pesquisa deste estudo, através da confrontação da teoria com as ações envidadas pelo Estado chinês nos últimos dez anos, período em que houve expansão ultramarina dos interesses chineses.

O conteúdo aqui apresentado será, em grande parte, proveniente da principal obra de Corbett: *Some Principles of Maritime Strategy*, de forma a permanecer fiel ao pensamento do autor. Porém, eventualmente, serão agregadas análises de outros autores, a fim de complementá-la, principalmente no que diz respeito às peculiaridades adicionadas à estratégia naval pelo emprego da aviação e do submarino na guerra no mar, os quais não foram contemplados na teoria elaborada pelo autor.

2.1 Teoria Geral da Guerra de Corbett

Para Corbett (1911), em consonância com o defendido por Clausewitz (1780-1831), seu grande influenciador, o grande princípio a ser observado é o de que a guerra é a continuação da política por outros meios, e essa delimitaria as questões fundamentais para a confecção do plano de campanha. Dessa forma, ao poder político é que cabe responder a questão fundamental: o que está sendo disputado na guerra? A resposta a tal questionamento definirá se a linha de ação envolve retirar algo do inimigo, ou evitar que ele retire algo da própria nação e aliados.

Nesse contexto, o Comandante deve sempre se perguntar qual é o objetivo político da guerra, quais são as condições políticas vigentes e o quanto o assunto importa, tanto para a própria nação quanto para o inimigo. Ou seja, é primordial definir-se, inicialmente, qual é a natureza da guerra, tema que será abordado na próxima seção.

2.1.1 Corbett e as Naturezas da Guerra

A fim de delinear um sistema objetivo de classificação, Corbett (1911) inicialmente considerou os objetivos políticos da guerra: se fossem positivos, ou seja, se o propósito fosse retirar algo do inimigo, a guerra transcorreria em linhas ofensivas; já se aqueles fossem negativos, situação na qual se procura evitar que o inimigo nos retire algo, conseguindo uma vantagem em nosso detrimento, então a guerra teria linhas defensivas.

Porém, ele citou que tal raciocínio tem seu valor na concepção mais abrangente das linhas de ação, uma vez que, principalmente para uma potência marítima, é impossível tanto estabelecer sua defesa quanto desenvolver plenamente sua ofensiva, sem assegurar um controle do mar efetivo através de ações agressivas contra o inimigo. Segundo o autor, mesmo que o objetivo seja defensivo, a melhor maneira de obtê-lo é através de um contra-ataque no mar, de modo que nenhuma das categorias exclui o uso de operações ofensivas. A grande diferença seria que, se o objetivo é positivo, o plano geral deve ser ofensivo, e deve-se, pelo menos, dar início ao combate com um movimento verdadeiramente ofensivo; por outro lado, se o objetivo é negativo, o plano geral deve ser de bloquear o inimigo, aguardando o momento adequado para o contra-ataque. Dessa forma, a defesa não enseja atitude passiva, apenas espera-se o momento em que o inimigo expõe-se ao contra-ataque, cujo sucesso irá prejudicá-lo a ponto de que ele se renda, ou será forte o suficiente para que nossas forças tenham condições favoráveis a passar para a ofensiva (CORBETT, 1911).

Uma vez que se deve adotar o método para o qual se tem força suficiente, Corbett (1911) defendeu que atuar em linhas defensivas é especialmente interessante para aquele que não tem força relativa suficiente para uma ofensiva, ou para quem a defensiva provê força especial para o atingimento do objetivo definido.

Dessa forma, Corbett (1911) aduz que a maneira mais eficaz de se conduzir a guerra é constituir forças com prontidão e mobilidade superiores, ou mantê-las mais

convenientemente situadas, de modo que seja possível estabelecer-se no objetivo territorial antes que o inimigo possa juntar forças para nos impedir, de modo a garantir a iniciativa das ações. Segundo o autor, também é importante que o inimigo seja incapaz de atacar nosso território-mãe, de forma que só lhe resta nos confrontar no objetivo conquistado. Desse modo, estaríamos em posição de enfrentar o seu ataque em território de nossa escolha e nos prevalecermos das oportunidades de contra-ataque, oferecidas pelos seus movimentos ofensivos, que, ao afastá-los de seu território, desgastam suas forças antes do enfrentamento. (CORBETT, 1911).

A divisão da natureza da guerra exclusivamente entre ofensiva e defensiva seria capaz de levar o planejador a concluir que o objetivo não poderia ser outro, senão as forças armadas inimigas, particularmente suas forças navais. Dessa forma, Corbett (1911) destacou uma segunda classificação, a qual é guiada pela influência da política na guerra, e que foi formulada primeiramente por Clausewitz (1780-1831).

Tal classificação está relacionada ao anteriormente mencionado significado do objeto para as partes envolvidas no conflito, e, por conseguinte, aos sacrifícios que esses estariam dispostos a fazer por ele. Seu raciocínio pauta-se no fato de que quanto menor a importância política de um objetivo, menor será o valor dado a ele, e mais facilmente ele será abandonado em caso de disputa. Dessa forma, pode haver guerras em diversos padrões de intensidade, desde guerras de exterminação até o uso de exércitos de observação. No que diz respeito ao poder naval, isso significa dizer que pode haver uma disputa de vida ou morte pela supremacia no mar em uma batalha decisiva, ou hostilidades que não passem de um bloqueio naval. Estaria, então, delineado o conceito de guerras ilimitadas e limitadas. (CORBETT, 1911).

A existência de um objetivo ilimitado iria, conseqüentemente, atrair a totalidade do poderio do inimigo, e não se alcançaria a definição da disputa até que o seu poder militar

fosse completamente eliminado em uma batalha decisiva. Caso se considere não estar apto a tal empreendimento, Corbett (1911) sugere que seria desaconselhável atingir os fins através da força, ou seja, dever-se-ia evitar a guerra. Por outro lado, o autor sugere que, caso o objetivo seja limitado, a completa destruição das forças armadas inimigas seria muito mais do que o necessário, de modo que os fins poderiam ser atingidos através da captura do objeto e, através dos elementos de força inerentes à defensiva, pode-se configurar uma situação em que custaria mais ao inimigo remover nossas forças, do que aquilo que ele estaria disposto a pagar. Desta feita, o autor advogava que havia uma força inerente à guerra limitada, quando os meios e condições fossem favoráveis.

Portanto o autor conclui que, no caso de uma guerra ilimitada, a ofensiva estratégica principal deve ser voltada às forças inimigas. Porém, se os objetivos são limitados e as condições favoráveis, o objeto em si pode ser definido como o objetivo estratégico. Logo, segundo o autor, há uma distinção entre os objetivos a serem alcançados nas guerras ilimitadas e nas guerras limitadas (CORBETT, 1911).

Insta frisar que Corbett (1911) propõe: para que um objetivo seja considerado limitado, ele deve satisfazer ao menos uma de duas condições: não ser meramente limitado em área, mas também em importância política; e deve estar posicionado de forma que possa ser estrategicamente isolado, ou que se possa reduzi-lo a isolamento prático por operações estratégicas, o que é tipicamente observado em territórios separados pelo mar.

Após a definição do conceito de que as guerras podem ser travadas em linhas ofensivas ou defensivas e que poderão assumir caráter ilimitado ou limitado, dependendo da importância que o poder político dá aos objetos em disputa, será enunciado, na próxima seção, como Corbett entende o inter-relacionamento entre a força naval e a força terrestre.

2.1.2 Operações Combinadas: A Cooperação entre Forças Navais e Forças Terrestres

Baseado em sua observação histórica da atuação da Grã-Bretanha, Corbett (1911) aduziu que há valor na atuação de um relativamente pequeno exército, junto a uma dominante esquadra, na interferência de campanhas continentais. A tal atuação, o autor atribuiu a denominação de operações combinadas.

Conforme consta em publicação da Escola de Guerra Naval (BRASIL, 2021) sobre o autor, exceto em casos raros, as marinhas, para terem êxito na guerra, necessitam de operar em conjunto com os exércitos. Tal fato vem a ser bem resumido pelo Almirante Fisher (1989, citado por BRASIL, 2021): “O exército é um projétil a ser disparado pela marinha”. Para efeitos deste estudo, o princípio ora abordado tem a ver com o emprego de tropas terrestres expedicionárias, tal qual o corpo de fuzileiros navais.

Tais operações poderiam ser de duas classes: aquelas desenhadas para puramente conquistar os objetos pelos quais se foi à guerra; e aquelas que não serviriam para ocupação permanente, mas sim para desorientar o planejamento inimigo, exercendo uma função diversionária, ou fortalecer as posições nossas ou de nossos aliados (CORBETT, 1911).

Elas também teriam uma especificidade que, além do objeto, diferenciá-lhes-iam de guerras ilimitadas: o fato de que a elas eram devotadas apenas parte da força militar disponível, o que Clausewitz classificou como guerra limitada pelo contingente. Ocorre que a análise histórica demonstrou que esse método logrou êxito em situações nas quais os fatores condicionantes eram idênticos ao de uma guerra genuinamente limitada, ou seja, onde o objeto estava à parte do território principal do inimigo e que podia ser isolado por uma ação naval (CORBETT, 1911).

2.2 Teoria da Guerra Naval de Corbett

Conforme consta na publicação *Classics of Sea Power* (GROVE, 1988), do *U.S. Naval Institute*, o autor defende que, somente após a análise da estratégia geral da guerra, deve-se passar à análise e definição da estratégia naval a ser adotada, de modo que haja ligação dessa com o todo. Portanto, após o estudo sobre o que Corbett propõe para a teoria geral da guerra, passa-se a levantar o que ele postula a respeito da teoria da guerra naval.

2.2.1 Teoria do Objetivo: O Comando do Mar

Como descrito, o objetivo da estratégia naval, segundo Corbett (1911), deve sempre ser, direta ou indiretamente, assegurar ou negar o comando do mar. Porém, o autor observa que, em sua situação original, não há comando no mar. Dessa forma, tal comando estaria sempre em disputa, e é esse estado de luta que mais interessa à estratégia naval.

Porém o comando no mar seria distinto daquele em terra, uma vez que não se pode reclamar posse do mar, pelo menos fora do mar territorial, e que não se pode excluir as atividades de partidos neutros nele desenvolvidas. Além disso, não é possível dar sustento às forças armadas próprias diretamente do mar, como o é em territórios inimigos ocupados (CORBETT, 1911).

Portanto aquilo que é assegurado ou negado ao inimigo, através de seu controle é: o direito de pesca, o qual o autor considera irrelevante para o assunto estratégia naval; e o direito de passagem, que é o único valor positivo que o alto mar tem para a vida nacional, como meio de comunicação. Sendo assim, negar esse meio de passagem ao inimigo coloca em cheque a condução de sua vida nacional, tanto quanto a ocupação de seu território por tropa terrestre o faz (CORBETT, 1911).

Além daquele valor positivo, o mar possui, intrínseco a si, valor negativo aos Estados, uma vez que, diferentemente dos meios de comunicação terrestres, ele também

constitui-se em uma barreira. Ao atingir o comando do mar, remove-se essa barreira de nosso caminho, abrindo-se a possibilidade de exercer pressão militar à vida nacional inimiga ultramar, ao mesmo tempo em que se consolida esse meio como barreira ao adversário, impedindo-o de utilizá-lo para exercer pressão militar sobre nós (CORBETT, 1911).

Portanto o comando do mar significa o domínio das linhas de comunicações, sejam as de propósitos militares ou comerciais, de modo que aquele significa o controle das comunicações do poder nacional como um todo, e não apenas das forças militares (CORBETT, 1911).

Corbett (1911) afirma que enquanto aquele comando não for atingido, e consequentemente a vida nacional estrangulada, uma nação inimiga, com espírito elevado e totalmente devotada à guerra, não irá conceder a paz e ceder às nossas aspirações. Tal fenômeno deve-se ao fato de que, ao ocupar suas linhas de comunicações marítimas e fechar os pontos de distribuição em que elas chegam, destruir-se-ia a vida nacional ultramar do inimigo e, dessa forma, colocar-se-ia em cheque a vida em seu próprio território, visto que elas são interdependentes. Sendo assim, segundo o autor, uma vez que o comando do mar implica em ter o poder de interromper as comunicações inimigas, esse, em última instância, pode ser comparável à conquista de um território.

Corbett (1911) propõe que, para atingir esse propósito, pode-se lançar mão de bloqueios táticos, nomenclatura que ele atribuiu ao bloqueio dos portos, suplementados por bloqueios estratégicos às grandes rotas de comércio em pontos focais. Ao lançar-se mão dessas ferramentas, ganha-se uma profunda influência para o atingimento de uma solução pacífica, uma vez que, hoje mais do que nunca, o comércio e as finanças controlam e limitam a política externa das nações, de modo que as fortes perdas imputadas a elas tenderão a levar àquele desfecho.

Uma peculiaridade atinente às comunicações marítimas é que elas são, em sua maior parte, comuns aos dois beligerantes, diferentemente do que se observa em terra, onde cada contendor possui suas rotas dentro de seus territórios. Dessa forma, o autor estabelece, como regra geral, que não se pode atacar as linhas do inimigo, sem defender as próprias (CORBETT, 1911).

O autor também desenvolve seu raciocínio, no que diz respeito àquela duplicidade de uso, através da análise de guerras lutadas pela Grã-Bretanha, em que ele chegou às seguintes conclusões: houve conflitos em que os primeiros movimentos feitos foram para defender o comércio e ocupar as linhas de comunicações próprias, o que acabou por também colocar-nos em posição adequada para atacar o inimigo; o mesmo fenômeno foi observado quando o dispositivo inicial procurou fazer a defesa contra invasão ao território-mãe e contra ataque aos territórios das colônias, uma vez que o posicionamento da esquadra, para esses casos, foi sobre ou próximo aos pontos focais ou terminais das rotas de comércio; se nossa intenção fosse tanto atrair a esquadra inimiga para o combate quanto exercer pressão econômica, nossa esquadra se posicionaria nesses mesmos pontos; se o inimigo quisesse engajar, provavelmente seria em uma dessas áreas focais ou terminais onde ele nos procuraria, uma vez que é lá em que haveria a maior probabilidade de nos encontrar; e, não obstante, caso fosse nossa intenção evitar uma batalha decisiva e atrai-lo à ação, a melhor maneira seria ocupar suas rotas de comércio, o que seria feito nas mesmas posições (CORBETT, 1911).

Portanto, o autor conclui que se deve, para comandar o mar, buscar ocupar posições que seriam primariamente bases navais e, secundariamente, pontos finais e focais de linhas de comunicações e comércio mais importantes, tal qual fora feito nas campanhas britânicas de sucesso (CORBETT, 1911).

2.2.2 Teoria dos Meios: A Constituição de Forças Navais Segundo Corbett

Após determinar os princípios fundamentais sobre o comando do mar, Corbett (1911) reflete sobre a maneira com que as forças navais devem ser constituídas, de modo a cumprirem suas tarefas. Tal configuração deve ser o reflexo, no material, das ideias estratégicas e táticas vigentes em determinado momento.

O autor considera que há três classes de navios dentro das quais os meios navais podem ser divididos, e que, em função de suas características peculiares, tem funções distintas. A primeira delas é a dos cruzadores, aos quais cabe exercer o controle das linhas de comunicações marítimas. A segunda classe é a da esquadra, a quem caberia conquistar e manter o controle das linhas de comunicações marítimas, caso esse viesse a ser disputado por uma esquadra inimiga. Dessa forma, o autor argumenta que a função da esquadra era assegurar o controle das comunicações marítimas, uma vez que estaria protegendo os nossos cruzadores da esquadra inimiga, por ocasião de sua missão de exercer o controle das comunicações. Por fim, a terceira classe é a da flotilha, cujo propósito primário era controlar as comunicações nos mares territoriais contra corsários fracamente armados, e o secundário era a atuação na área costeira em estado de prontidão, configurando-se como a primeira linha de defesa contra invasão (CORBETT, 1911).

Nesse contexto, o autor considera que a esquadra deve ser composta por navios o mais poderosos possível, e, a fim de terem liberdade de evolução em seus projetos, devem ser liberados da função de proteção das linhas de comunicação, tarefa que deve ser desempenhada pelo cruzador (CORBETT, 1911).

Corbett (1911), baseado em seu pensamento de que o objetivo principal da estratégia naval é o domínio das comunicações marítimas, considera que a tarefa principal dos cruzadores é a de exercer tal controle, e, secundariamente, atuar como os olhos da esquadra, uma vez que suas características típicas também lhes fazem adequados a essa função.

Como consequência da evolução tecnológica, o exercício do comando do mar passou a demandar controle de superfície, submarino e aéreo. Por esse motivo, Ian Speller (2014) propôs que o principal meio a ser utilizado no seu exercício passou a ser o navio-aeródromo, que, portanto, seria o cruzador da idade contemporânea.

Com relação à flotilha, Corbett estabelece que suas características marcantes são a mobilidade e grande quantidade de meios, em detrimento do poder de fogo e da permanência. Outrossim, sua grande vantagem reside no fato de que a flotilha tem a capacidade de expandir rápida e indefinidamente seu inventário, através da utilização da marinha mercante, uma vez que qualquer embarcação que pudesse ser armada poderia ser convertida ao esforço de guerra (CORBETT, 1911).

Complementarmente, a obra *Classics of Sea Power* (GROVE, 1988) vem a fazer uma proposição sobre como cada grupo é mobiliado nas forças navais atuais: navios-aeródromo, submarinos nucleares e determinadas aeronaves seriam as esquadras atuais; ao passo que navios-aeródromo menores, aeronaves de patrulha, destroieres e fragatas seriam os novos cruzadores; e submarinos convencionais, aeronaves de ataque rápido e navios-patrulha seriam a flotilha.

Na seção seguinte, será abordado qual é a distribuição geográfica ideal de todos esses meios, ao que Corbett designou como teoria da concentração e dispersão no mar.

2.2.3 Teoria do Método: Concentração e Dispersão de Forças no Mar

Por fim, chega-se a um conceito que seria o destino aonde a combinação de todos os preceitos até aqui levantados nos levaria, e que significa, resumidamente, definir como as esquadras deveriam se constituir e como deveriam ser geograficamente distribuídas.

Segundo Corbett (1911), concentração, em um teatro de operações marítimo, significa empregar a força distribuída, mas em torno de um propósito comum, e ligada por

uma energia efetiva e esforço único. Dessa forma, ao não estar expressamente emassada, indica-se menos claramente qual é a força empregada e onde há intensão de empregá-la, mantendo-se a flexibilidade e o sigilo.

Segundo o autor, a concentração no cenário marítimo é como empregar um organismo composto, controlado por um centro comum, e elástico o suficiente para permitir cobrir uma grande área, sem sacrificar a capacidade de apoio mútuo de suas partes. Portanto, o propósito da concentração naval é cobrir a maior área possível ao mesmo tempo em que preserva coesão elástica, de modo a permitir a junção de duas ou mais partes do organismo em qualquer parte da área coberta. Sendo assim, mesmo baseado em um centro, a faculdade de opor-se a ataques descentralizados é mantida (CORBETT, 1911).

Tal configuração permite exercer o controle do mar, enquanto aguarda-se e trabalha-se para que haja uma batalha decisiva que garanta permanentemente aquele controle. Portanto, grande parte da estratégia está em continuamente balancear o ajuste entre alcance e coesão (CORBETT, 1911).

Por princípio, o grau de divisão de nossa força é proporcional ao número de portos a partir dos quais o inimigo pode agir contra nossos interesses marítimos, bem como à extensão de costa em que eles estão espalhados, não somente para nos defendermos, mas também para atacá-lo quando ele lançar algum intento, utilizando-nos da oportunidade gerada de contra-ataque (CORBETT, 1911).

Além daquele, outro princípio que deve ser levado em consideração, ao planejar-se a concentração do poder naval, é a extensão em que as linhas de comunicação inimigas transpassam nosso território. Independente do tipo de guerra travada, deve-se sempre manter uma força-tarefa em nosso território-mãe, uma vez que ela é imprescindível para manter a defesa dos terminais comerciais de nosso território, além de constituírem-se em reforço

àquelas que estão desdobradas em outras áreas. Portanto, essa parcela da força é permanente e fixada como a fundação de todo o nosso sistema (CORBETT, 1911).

O terceiro princípio é o da flexibilidade: a concentração deve ser planejada de forma que quaisquer duas forças possam agrupar-se, e que todas as partes possam rapidamente se condensar, de modo a formar uma massa, em qualquer ponto do teatro de operações. Com esse dispositivo, será possível: negar ao inimigo o conhecimento de nossa real distribuição e intenção de movimento; ajustar-se a qualquer movimento que represente perigo; e cada força-tarefa constitui-se em uma armadilha para seduzir o inimigo e atraí-lo à destruição (CORBETT, 1911).

Como observado por Ian Speller (2014), as marinhas atuais, em função do avanço tecnológico no que diz respeito aos seus sensores e sistemas de armas, vivenciado após a época em que Corbett concebeu sua obra, têm a capacidade de criar um efeito concentrado a partir de forças dispersas bem acima do que o autor poderia prever.

Como propõe Corbett: “A concentração ideal, em resumo, é uma aparência de fraqueza que encobre uma realidade de força”¹ (CORBETT, 1911, p. 152, tradução do autor). Tal afirmativa pauta-se no fato de que, no que diz respeito à concentração, o autor propõe que as forças navais devam ser empregadas divididas em grupos-tarefa menores, porém a distância que permita a concentração de um ou mais deles na hora e no local adequado a obterem concentração e superioridade de seus poderes combatentes sobre o inimigo.

No capítulo seguinte, serão pontuados os fatos referentes à operação, preparo do poder naval e grande estratégia chineses mais relevantes, a fim de verificar se as linhas de ação atualmente adotadas pela China alinham-se ao pensamento do autor, e, conseqüentemente, sob que raciocínio o emprego futuro da marinha chinesa está sendo delineado.

¹ “The ideal concentration, in short, is an appearance of weakness that covers a reality of strength”. Traduzido do inglês.

3 AS AÇÕES POLÍTICO-ESTRATÉGICAS CHINESAS

Após enumerar os princípios da teoria de Corbett que serão considerados neste estudo, este capítulo tem o propósito de levantar os principais fatos relacionados à estratégia de preparo e emprego da MELP, a fim de posteriormente verificar se demonstram aderência com aquela teoria.

Insta frisar que, em função de o governo chinês não divulgar os dados relativos às suas forças militares necessários a este trabalho, as informações relevantes foram, em grande monta, obtidas no relatório anual sobre a evolução de assuntos militares e de segurança envolvendo a RPC, do Departamento de Defesa ao Congresso dos Estados Unidos da América (EUA).

Uma vez que, como postula Corbett, o poder militar está subordinado ao poder político, e esse estabelece o nível de interesse nacional em determinados objetivos, definindo, assim, seu caráter limitado ou ilimitado, a análise dos fatos será iniciada pelo projeto geopolítico estabelecido pelo PCC.

O projeto geoestratégico de longo prazo chinês tem o propósito de atingir um grande rejuvenescimento² do Estado até 2049 (CHINA, 2019). Com essa visão de futuro em mente, a RPC vem envidando esforços econômicos, políticos, sociais e militares que se apoiam mutuamente (EUA, 2020a).

Nesse diapasão, as metas da modernização militar chinesa são proporcionais às aspirações gerais de desenvolvimento do Estado. Sendo assim, seu desenvolvimento econômico dá suporte àquelas metas, não apenas através do provimento de orçamento de defesa maior, mas também por meio de iniciativas de política econômica deliberadas, tal qual

² O PCC define o rejuvenescimento nacional como sendo um estado em que a RPC é próspera, forte, democrática, culturalmente avançada e harmoniosa. Xi Jinping (1953-), atual líder do partido, descreve China renovada como sendo líder em termos de força nacional e influência internacional (EUA, 2020a).

a do *One Belt One Road*³ (OBOR), sem contar com o próprio desenvolvimento da base industrial e tecnológica proporcionado (EUA, 2020a).

Da mesma maneira, a evolução do aparato militar vem a garantir que o crescimento da economia não seja ameaçado. Desse modo, uma vez que esse está expandindo seu alcance através da citada política econômica, aquele deve acompanhá-lo e, ao lançar-se em novos teatros de operação, deve evoluir seu pensamento estratégico.

Após o presente introyto, com a abordagem geral da grande estratégia chinesa, iniciar-se-á a análise pormenorizada das ações econômicas envidadas pelo governo chinês, as quais condicionam as diretrizes políticas de defesa e estratégia militar, que buscam proteger a sua consecução.

3.1 Estratégia Político-Econômica Chinesa

No panorama econômico, a China promoveu, a partir da década de setenta, a adoção parcial da economia de mercado, o que lhe tem acelerado o crescimento. Tal fato tem sido utilizado pelos líderes do PCC como argumento para afirmar o sucesso da estratégia adotada para a modernização da China (EUA, 2020a).

A não transição total à economia de mercado, porém, veio a redundar na adoção de leis, regulamentos e políticas que geralmente criam um quadro de desvantagem competitiva às empresas estrangeiras frente às suas contrapartes chinesas. Além disso, essa reforma, de caráter apenas parcial, vem a implicar no fato de que a maior parte dos resultados da economia chinesa é fruto de investimentos do governo ou de políticas de incentivo, ao invés de vir das negociações de livre mercado (EUA, 2020a).

Como consequência, a China realiza investimentos estatais no exterior e incentiva processos de fusões e aquisições⁴ por parte de firmas chinesas. Em paralelo, ela aplica grande

³ “Um cinturão, uma estrada”. Tradução do autor.

quantidade de recursos em infraestrutura e aquisição de *commodities* em apoio a suas empresas estratégicas, além de investir em tecnologia de base para inovação tanto comercial quanto militar. Para o PCC, o avanço no trinômio tecnologia, infraestrutura e capital humano é o meio para atingir a modernidade política e social do país, o que inclui a construção de forças armadas de primeira linha (EUA, 2020a).

Além dessas, outras formas utilizadas para a obtenção de tecnologia estrangeira são: investimento externo direto, aquisições no exterior, construção de centros de ciência e tecnologia em outros países, parcerias acadêmicas e de pesquisa e recrutamento de talentos (EUA, 2020a).

Todas essas diretrizes de aplicação da dimensão econômica do poder vieram a implicar em uma série de políticas econômicas, dentre as quais, para efeito deste estudo, será destacada a OBOR, uma vez que ela envolve a internacionalização dos negócios chineses, bem como a busca por hidrocarbonetos que garantam a sua segurança energética, constituindo-se na linha mestra do eixo de expansão chinês em territórios internacionais.

Segundo o Departamento de Defesa estadunidense (EUA, 2020a), a política OBOR foi lançada em 2013 e busca a integração econômica com os demais Estados, através do financiamento, construção e desenvolvimento de: infraestrutura de transporte, gasodutos, hidrelétricas, projetos de conectividade digital e parques tecnológicos e industriais, fazendo com que os interesses de outros Estados se alinhem com os chineses (FIG.1, ANEXO A).

Através dessa política, a RPC é capaz de obter estabilidade em seu entorno, além de arrefecer as críticas ao seu regime. Igualmente, essa iniciativa permite que suas proeminentes empresas de cimento e aço, controladas pelo Estado chinês, possam achar mercados para o seu excesso de produção. Ela também cria oportunidades para suas companhias do setor de construção e para o investimento do capital das reservas chinesas.

⁴ Processos de fusões e aquisições, do inglês *merges and acquisitions* (M&A), referem-se à junção de duas ou mais empresas em uma nova companhia, o que resulta, invariavelmente, no desaparecimento das empresas que se fundiram; ou à aquisição de participação majoritária de uma companhia em uma outra.

Em adição a todos esses benefícios, alguns Estados acabam por desenvolver dependência econômica ao capital chinês, o que a RPC usa para alavancar a busca por seus interesses geopolíticos. Como se pode observar na FIG. 2 do ANEXO B, cerca de 140 países aderiram à iniciativa OBOR, o que permitiu ao Estado chinês estabelecer esfera de influência na Ásia, África, Leste europeu e América do Sul (EUA, 2020a).

Outra importante força motriz de sua política econômica é a busca por garantir, através de comércio bilateral, fontes energéticas confiáveis, diversificadas e com relações custo-benefício favoráveis, a fim de manter a sustentabilidade de seu crescimento econômico. Esse fator veio a fazer com que a RPC viesse a importar petróleo e gás de mais de quarenta países, dentre os quais se destacam os Estados do Oriente Médio e da África, que são a origem de aproximadamente 52% das importações de petróleo chinesas (EUA, 2020a).

A importação de hidrocarbonetos veio a conferir à China importante dependência de suas LCM: em 2019, cerca de, 77% da importação de petróleo e 10% da de gás natural transitou pelo Mar do Sul da China e pelo Estreito de Málaca. Segundo estimativas do Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América, a proteção das LCM, vindas do Oriente Médio e da África, serão uma prioridade chinesa até, pelo menos, 2035 (EUA, 2020a).

Tal prioridade também pode ser atribuída ao chamado dilema de Málaca: raciocínio de que os EUA, principal rival geopolítico atual da China, poderiam vir a usar como estratégia o fechamento do Estreito de Málaca em um eventual conflito sino-taiwanês, a fim de estrangular a economia chinesa, e assim reduzir sua capacidade e vontade de lutar. De modo a mitigar seus efeitos, o PCC tem buscado reduzir sua dependência do fluxo marítimo na região através da construção de oleodutos a partir de Mianmar. Mas essa iniciativa é apenas complementar ao aumento de suas capacidades para estabelecer e exercer o controle das LCM desse estreito, através de seu poder naval (DIAS, 2021).

Ainda no escopo da busca por segurança energética, a RPC, desde 2009, vem reivindicando área marítima que abrange quase a totalidade do Mar do Sul da China, até o limite de um traçado conhecido como linha dos nove traços, ilustrada na FIG. 3 do ANEXO C, baseando-se em antigos registros históricos de pescadores e ocupação militar (EUA, 2020a). Segundo relatório da *U.S. Energy Information Administration* (EIA), a região abriga, entre reservas comprovadas e prováveis, cerca de 5,4 trilhões de metros cúbicos de gás natural e 11 bilhões de metros cúbicos de petróleo (EIA, 2013). Além disso, mais de 80% do petróleo cru com destino ao Japão, Coréia do Sul e Taiwan, que são potenciais rivais chineses, passam por aquele mar (EUA, 2020a), o que aumenta sua importância estratégica.

Como visto, o desenvolvimento econômico veio a fomentar um intenso e vital fluxo financeiro, comercial e de matérias-primas entre a China e uma diversidade de outros Estados. Para efeito deste estudo, os de maior importância são aqueles que recentemente geraram LCM importantes no Oceano Índico e Mar do Sul da China, afetadas ao transporte entre a China, o Oriente Médio e a África, e que vieram a ensejar a mudança de uma postura que anteriormente visava exclusivamente à defesa litorânea, para uma que também buscasse evitar a interferência em seus interesses ultramar.

Dessa forma, na próxima seção, passar-se-á à análise das novas diretrizes políticas e estratégia militar, que passaram a ser adotadas em função dessa mudança de realidade econômica.

3.2 As Novas Diretrizes Políticas e a Expansão do Emprego da Marinha Chinesa

Após análise das bases da evolução econômica e da expansão das áreas de atuação do capital chinês, que é considerada a tarefa central para o atingimento do estado final desejado de uma China rejuvenescida (EUA, 2020a), serão levantadas as diretrizes políticas e militares que circunscrevem e visam garantir a continuidade do tão almejado crescimento

econômico, para, a partir delas, destacar as ações estratégicas que estão sendo levadas a cabo no sentido de capacitar e empregar a dimensão militar do poder, que, no caso específico deste estudo, será limitada ao poder naval da RPC.

A diretriz política de defesa chinesa estabelece a chamada defesa ativa como a estratégia geral a ser seguida. Tal orientação adota uma postura defensiva, baseada no contra-ataque, unindo defensiva estratégica à ofensiva operacional e tática (CHINA, 2019).

Outrossim, o PCC estabeleceu objetivos militares a serem alcançados, dentre os quais destaca-se aqueles que terão influência em seu poder naval: se opor e conter a independência de Taiwan; salvaguardar os direitos e interesses marítimos chineses, o que faz referência à disputa no Mar do Sul da China; e salvaguardar os interesses ultramar chineses, em alusão à defesa de suas LCM (CHINA, 2019).

No escopo desses objetivos, conforme descreve artigo do periódico *The Diplomat* (LATHAN, 2020), em termos estratégicos, a RPC tem o propósito de exercer hegemonia nos territórios imediatamente circunvizinhos, o que inclui a região marítima até a chamada segunda cadeia de ilhas⁵. Além disso, em virtude da expansão geográfica e de capacidade que seu desenvolvimento econômico lhe propiciou, a China busca balanceamento favorável de poder⁶ em uma região marítima que se estende da terceira cadeia de ilhas, que compreende o arco formado por Alasca, Havaí e Nova Zelândia, até a quinta cadeia, que compreende o perímetro formado por Djibuti, Madagascar, África do Sul e Golfo Pérsico, passando por uma quarta cadeia, formada pela ligação entre Paquistão, Sri Lanka, Ilhas Maldivas e Diego Garcia.

⁵ A segunda cadeia de ilhas é o arco que perpassa pelas Ilhas Bonins, Marianas, Guam e Palau. Como perímetro imediatamente anterior a ela, a China estabeleceu a primeira cadeia de ilhas, cujo arco passa pelas Ilhas Aleutas, Curilas, Nansei, Taiwan, Filipinas e Borneo (SPELLER, 2014).

⁶ Em termos chineses, um balanço de poder favorável é aquele em que não haja hegemonia de nenhum Estado, mas que tenda a pender a favor da RPC, e principalmente que também seja especificamente desfavorável aos EUA (LATHAN, 2020).

A fim de ir ao encontro desses propósitos, principalmente o de proteger as LCM de interesse, conforme consta no Livro Branco de Defesa chinês, o PCC expressamente determinou a aceleração da transição das tarefas da MELP de defesa dos mares próximos, para o cumprimento de missões de proteção em mares distantes (EUA, 2020a). Dessa forma, a marinha chinesa tem gradualmente estendido seu alcance para o Oceano Índico, passando pela sua porta de entrada: o Mar do Sul da China e o Estreito de Málaca.

A fim de aumentar sua capacidade de defender as linhas de comunicações de seu interesse, a RPC vem buscando desenvolver parcerias na área de segurança que lhe permitam viabilizar sua operação próxima de pontos focais relevantes, ou até mesmo estabelecer bases navais em locais estratégicos. Nesse aspecto, além da construção de sua base naval no Djibuti, o Departamento de Defesa estadunidense (EUA, 2020a) considera que a RPC esteja realizando tratativas com os seguintes Estados, a fim de construir instalações militares de apoio logístico: Mianmar, Tailândia, Singapura, Indonésia, Paquistão, Sri Lanka, Emirados Árabes Unidos, Kenya, Seychelles, Tanzânia, Angola e Tajiquistão. Além desses, é possível que já tenham sido formalizadas ofertas à Namíbia, Vanuatu e Ilhas Salomão.

Outra importante possibilidade a ser considerada, no que diz respeito ao estabelecimento de bases no exterior, é a de um eventual apoio chinês à construção da base naval em Ream, Camboja (EUA, 2020a). Tal possibilidade surge em função do fato de esse Estado ter recusado a oferta proposta pelos EUA, de modo que, se a China conseguir fechar o acordo e obtiver autorização para a sua presença nessa base, a MELP angariará a possibilidade de projetar seu poder sobre o Estreito de Málaca a partir daquele local, o que lhe permitiria proteger ponto focal de elevado interesse, e assim aproximar-se de uma solução ao dilema de Málaca.

Além dessas bases, a RPC vem construindo, desde 2016, uma série de postos avançados nas Ilhas Spratly, os quais são providos, dentre outros recursos, de mísseis anti-

navio e antiaéreos e equipamentos de guerra eletrônica (FIG. 4, ANEXO D). Os três maiores postos ainda possuem instalações portuárias e aeroportuárias, de modo que se tornaram importantes pontos de apoio às operações da marinha no Mar do Sul da China (EUA, 2020a).

Ainda fruto de sua preocupação em proteger suas LCM no Oceano Índico, a MELP, desde 2015, tem frequentemente desdobrado seus submarinos naquele oceano, e a concretização dos projetos de bases próximas a pontos focais de interesse irá completar os requisitos que aquela força precisa atender para obter a capacidade de negar o uso das LCM do teatro de operações do Índico, através de ações de submarinos, a quem ameaçar seus interesses (GHOSH, 2015).

Como descreve Ian Speller (2014), as marinhas devem exercer papéis além daqueles afetos à aplicação clássica do poder, dentre eles estaria a manutenção da ordem no mar, a qual enseja tanto ações benignas e humanitárias, como busca e salvamento no mar, quanto aquelas voltadas à aplicação da lei, tal qual operações antipirataria. Nesse aspecto, a MELP também tem sido empregada, desde 2008, em ações contra a pirataria no Golfo de Aden. Tal missão, além de proteger o comércio chinês com o Oriente Médio da ameaça representada pela atividade pirata, vem a expandir as relações diplomáticas chinesas com os países da região, contribuindo para alinhá-los aos seus interesses (EUA, 2020a).

Além dos fatos acima descritos, pode-se enumerar, como exemplo das atividades do poder naval chinês na área do Mar do Sul da China e Oceano Índico: a atracação do Navio-Hospital *Anwei* em uma série de portos no Leste da África em 2018, a fim de estreitar os laços com os Estados locais e prover à MELP experiência logística na região; o primeiro exercício naval sino-tailandês, realizados em 2004 no Mar de Adaman, e em 2005 no Golfo da Tailândia; e o intercâmbio de pessoal em exercícios conjuntos com as forças armadas da Malásia no Estreito de Málaca. Todos esses eventos foram importantes para que a RPC

pudesse familiarizar-se e aumentar sua influência nessas áreas estratégicas ao plano chinês (FANELL, 2019).

O emprego do Corpo de Fuzileiros Navais da MELP também foi ampliado, de modo que, além de defender as pequenas ilhas do Mar do Sul da China, aquela força passou a focar em executar operações expedicionárias além da primeira cadeia de ilhas, com o propósito de contribuir com a proteção dos recursos, infraestrutura e cidadãos chineses que estejam em territórios ultramarinos. Sua atuação, a partir da base naval chinesa em Djibuti, viabiliza a resposta a contingências que afetem os mais de um milhão de chineses residentes na África e outros quinhentos mil que vivem no Oriente Médio, a exemplo da evacuação de cidadãos chineses da Líbia em 2011 e do Yemen em 2015 (SAUNDERS, 2020). Além disso, os fuzileiros chineses têm sido amplamente empregados na já citada ação antipirataria no Golfo de Aden (EUA, 2020a).

Outra relevante atividade levada a cabo pela força anfíbia chinesa tem sido a diplomacia naval, função que foi ultimamente executada através de exercícios com as forças russas e tailandesas, além de intercâmbios com os EUA e Austrália (EUA, 2020a).

Como se pode perceber, o poder naval chinês já tem realizado ações na região do Oceano Índico com os meios que já estão disponíveis. A fim de vislumbrar a cinemática segundo a qual as diretrizes estratégicas estabelecidas irão se tornar realidade, passar-se-á para a análise da estratégia de meios da MELP, que demonstrará as intenções quanto ao seu emprego futuro, na medida em que mostra como a força naval chinesa está sendo formatada e quais serão as características e envergadura de emprego que terão capacidade de atender.

3.3 A Estratégia de Meios para o Futuro da Marinha Chinesa

De modo a prosseguir sua evolução no sentido de tornar-se uma marinha de primeira classe, e capaz de defender os interesses da RPC em mares cada vez mais

longínquos, a MELP tem feito investimentos em tecnologia e infraestrutura nacional para a construção de plataformas e sistemas de armas cada vez mais modernos.

Como citado em seu Livro Branco de Defesa, o governo chinês está envidando esforços para reduzir o reconhecido hiato entre suas forças armadas e as das maiores potências militares do mundo, e assim transformar deficiências em capacidades para travar a guerra contemporânea. A fim de atingir esse propósito, de 2012 a 2017, o PCC tem destinado em média 1,28% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, que apresentou crescimento médio de 9,04% no período, o que redundou em um orçamento militar que cresceu de aproximadamente US\$ 103 bilhões para US\$ 160 bilhões naquele intervalo de tempo (CHINA, 2019).

Tais investimentos têm as seguintes metas estratégicas, no que diz respeito à modernização dos meios chineses:

- “- Atingir grau de mecanização geral no ano 2020, com nível de informatização aumentado e capacidades estratégicas aperfeiçoadas;
- Avançar significativamente a modernização da teoria militar, da estrutura organizacional, do pessoal militar, de armamento e de equipamentos, em consonância com a modernização do país, e basicamente completar a modernização das forças de segurança e forças armadas em 2035; e
- Transformar completamente as forças armadas em forças de primeira linha até a metade do século XXI”(CHINA, 2019, p. 10, tradução do autor)⁷.

A fim de cumprir tais metas, Pequim instalou um parque industrial que lhe tornou o maior produtor mundial da indústria naval em termos de tonelagem, e praticamente autossuficiente em todas as suas necessidades, desde turbinas a gás a sistemas de armas embarcados (EUA, 2020a).

⁷ “- to generally achieve mechanization by the year 2020 with significantly enhanced informationization and greatly improved strategic capabilities;
- to comprehensively advance the modernization of military theory, organizational structure, military personnel, and weaponry and equipment in step with the modernization of the country and basically complete the modernization of national defense and the military by 2035; and
- to fully transform the people’s armed forces into world-class forces by the mid-21st century”. Traduzido do inglês.

Dentro de seu programa de modernização de meios, a RPC tem construído novos modelos de navios-aeródromo, cruzadores, destroieres, fragatas e corvetas, todos com capacidades de defesa antiaérea, anti-navio e anti-submarino aperfeiçoadas, e que têm sido importantes para expandir sua operação para além do alcance dos sistemas de defesa instalados em terra (EUA, 2020a).

No que diz respeito à construção de navios-aeródromo, a China comissionou a sua primeira classe desse tipo de belonave domesticamente construída em 2019. Esse navio é uma versão modificada de seu primeiro navio-aeródromo, que fora comprado da Rússia, e que também é dotado de *ski jump*⁸. A RPC já tem em construção um segundo modelo, o qual será maior e dotado de sistema de lançamento por catapulta, o que lhe permitirá operar uma gama maior de aeronaves, incluindo aeronaves de alarme aéreo antecipado e caças com maior capacidade de armamento, além de aumentar a rapidez de seus lançamentos, o que irá aumentar o alcance e eficiência das forças-tarefa nucleadas por navios-aeródromo chinesas. A prontificação do próximo navio está programada para 2024, e há perspectiva da construção de outros (EUA, 2020a). Conforme citado por Jon Harper (2020) em seu artigo *Águia versus Dragão: Como as Marinhas Estadunidense e Chinesa se Comparam*⁹, há perspectiva de a RPC almejar uma frota de cerca de 10 navios-aeródromo.

Quanto a seus navios-escolta, a MELP já tem incluídos em seus sistemas de armas mísseis superfície-ar¹⁰ (SAM) e mísseis anti-navio de cruzeiro avançados¹¹ (ASCM), cujos alcances variam de 97 NM (180 Km) a 290 NM (537 Km) e permitem concentração de fogo de grupos-tarefa distintos, mesmo que separados por grandes distâncias. Sua nova classe de cruzadores, a *Renhai*, poderá, em futuro próximo, ser dotada de mísseis balísticos anti-navio¹² (ASBM), que aumentam ainda mais a sua capacidade de concentração de fogos a longa

⁸ Rampa situada à proa do navio, cujo propósito é auxiliar na decolagem.

⁹ “*Eagle vs Dragon: How the U.S. and Chinese Navies Stack Up*”, tradução do autor.

¹⁰ “*surface-to-air missile*”, tradução do autor.

¹¹ “*advanced anti-ship cruise missile*”, tradução do autor.

¹² “*anti-ship ballistic missile*”, tradução do autor.

distância sobre alvos de superfície, e mísseis de cruzeiro de ataque a alvos terrestres¹³ (LACM), que passarão a conferir aos escoltas chineses a capacidade de projeção de poder sobre terra de longo alcance (EUA, 2020a).

Já a força de submarinos chinesa possui atualmente seis submarinos nucleares lançadores de mísseis balísticos¹⁴ (SSBN), seis submarinos nucleares de ataque¹⁵ (SSN) e cinquenta submarinos de ataque à propulsão diesel elétrica¹⁶ (SS), e sua modernização é uma prioridade para o PCC. Em termos quantitativos, o governo chinês tem a meta de manter entre 65 e 70 submarinos em seu inventário ao longo da década iniciada em 2020. Além de seus torpedos, os submarinos chineses são equipados com ASCM e mísseis balísticos lançados por submarinos¹⁷ (SLBM). Em 2020, iniciou-se a construção de uma nova classe de SSBN, a ser dotado de um novo modelo de SLBM. Também há indícios de que a RPC planeja construir um novo modelo de SSN capaz de lançar LACM, o que lhe permitiria atacar alvos em terra de forma velada. Os SSBN chineses são seus primeiros meios capazes de exercer a dissuasão nuclear. De uma forma geral, a adição da capacidade de ataque a alvos terrestres, aos submarinos e meios de superfície chineses, permitirá à RPC ameaçar o território de outros Estados além da região do Indo-Pacífico (EUA, 2020a), o que atualmente é feito com seu arsenal de mísseis balísticos e de cruzeiro em área relativamente limitada (FIG. 5, ANEXO E).

A China também tem investido em navios-anfibios, o que denota sua intenção de aumentar sua capacidade de realização de operações expedicionárias. Nesse aspecto, pode-se destacar que seu primeiro navio de assalto anfíbio¹⁸ (LHA), da classe *Yushen*, foi lançado em 2019, que o segundo já está em construção e que há a perspectiva da fabricação de outros

¹³ “*land-attack cruise missile*”, tradução do autor.

¹⁴ “*nuclear-powered ballistic missile submarines*”, tradução do autor.

¹⁵ “*nuclear-powered attack submarines*”, tradução do autor.

¹⁶ “*diesel-powered attack submarines*”, tradução do autor.

¹⁷ “*submarine-launched ballistic missile*”, tradução do autor.

¹⁸ “*amphibious assault ship*”, tradução do autor.

mais. Esse tipo de navio tem condições de transportar um grande número de embarcações de desembarque, tropa, veículos blindados, carros de combate e helicópteros, o que lhe confere capacidades múltiplas. Além desse navio, a MELP possui quinze navios desembarque-doca¹⁹ (LPD), capazes de lançar embarcações de desembarque (EUA, 2020a).

A MELP também tem investido na produção de navios-auxiliares e de apoio logístico, o que viabiliza que suas forças-tarefa tenham maiores mobilidade e permanência. Dentre os navios com essas funções destaca-se: navios-tanque, navios-hospitais, navios de socorro submarino, além de navios voltados à coleta de inteligência (EUA, 2020a).

Todas as capacidades descritas neste capítulo vêm a indicar a inclinação oceânica que a marinha da RPC vem adotando, e a busca pela capacidade de projetar poder sobre terra e conquistar um objetivo limitado, em consonância com o projeto geoestratégico estabelecido pelo poder político.

Após a abordagem das novas diretrizes político-econômicas e de como tem ocorrido o emprego e preparo recente da MELP, no próximo capítulo, será feita a confrontação da atual estratégia de emprego do poder naval chinês com os aspectos selecionados da teoria de Corbett, a fim de verificar se há ou não aderência entre eles.

¹⁹ “*amphibious transport docks*”, tradução do autor.

4 ANÁLISE DA ESTRATÉGIA DO PODER NAVAL CHINÊS NA NOVA ERA

Neste capítulo, a estratégia naval chinesa será analisada sob o ponto de vista da teoria corbetiana, de modo a avaliar se os seus planejadores a tem concebido segundo os seus preceitos e, dessa forma, verificar se há aderência entre ambas.

4.1 Análise das Novas Diretrizes Políticas e do Redirecionamento da Estratégia Naval Chinesa

Como base de sua teoria, Corbett afirma que o poder político é quem define os objetivos a serem perseguidos pela expressão militar do poder. Nesse sentido, como destaca James Holmes (2018), à medida que o PCC ganhou confiança na defesa das águas próximas ao litoral, ele voltou sua atenção para a proteção em mar aberto e outras ações expedicionárias. Tal fato inaugurou uma virada para o Oceano Índico e outras vias marítimas, e foi claramente determinado no Livro Branco de Defesa chinês (CHINA, 2019), o qual estabeleceu que a marinha deve acelerar a transição das tarefas de defesa dos mares próximos, para o cumprimento de missões de proteção em mares distantes.

Ainda no nível político de decisão, a orientação às forças armadas foi de que devem adotar a postura de defesa ativa, cujo conceito base é o de atuar no contra-ataque, exatamente como proposto por Corbett, em suas ideias sobre as vantagens da postura defensiva. Conforme citado por Holmes (2018) essa postura é fiel às tradições comunistas enraizadas na guerra terrestre, em que Mao Zedong (1893-1976) orientava seus Comandantes a atrair a força inimiga e enfrentar unidades isoladas, aniquilando-a pouco a pouco.

O raciocínio chinês é o de que, ao explorar as vantagens da defensiva, a RPC busca elevar o preço de uma eventual sortida no Pacífico Ocidental a um nível que seus inimigos não estejam dispostos a pagar. Da mesma forma, a China adota postura de evitar um grande confronto entre esquadras, de modo a não colocar em risco sua força naval, na qual

investiu pesadamente ao longo das últimas décadas, e da qual depende para a proteção de seu mar territorial e de suas LCM. Dessa forma, os interesses políticos, tanto chineses quanto de eventuais inimigos, determinariam um caráter limitado à guerra. Tal qual o raciocínio que é defendido por Corbett como o ideal a um Estado marítimo, em sua teoria geral da guerra (HOLMES, 2018).

Não se pode deixar de citar um segundo motivo pelo qual um eventual conflito que envolva o Estado chinês permaneceria limitado por força do interesse político, e que está presente na estratégia do poder naval em seus SSBN: a dissuasão nuclear. Tal aspecto veio a ser observado nas guerras limitadas pós 1945, nas quais as forças navais exerceram importantes papéis, e que permaneceram limitadas em função de a esfera política do poder assim tê-lo estabelecido, uma vez que havia a possibilidade da ocorrência de ataque nuclear partindo tanto do mar quanto de bases, os quais teriam fortes consequências, dada a sua elevada capacidade destrutiva (GROVE, 1988).

A necessidade de expansão da área de atuação do poder naval chinês deu-se em função do intenso desenvolvimento do seu comércio exterior, o qual é tido como o centro do projeto geopolítico chinês (CHINA, 2019), e que possui um eixo marítimo em direção ao Oriente Médio e África. As LCM por onde ele transcorre são vitais, dentre outros motivos, para a garantia da segurança energética e manutenção do crescimento econômico do Estado chinês. Portanto, a MELP tem envidado ações e tem formatado seu programa de reaparelhamento no sentido de capacitá-la a garantir a defesa de suas LCM de interesse, principalmente aquelas por onde flui o transporte de hidrocarbonetos, a ponto de o Departamento de Defesa estadunidense (EUA, 2020a) rever que a defesa de suas LCM deverá ser sua prioridade até 2035. Essas ações vêm ao encontro da máxima corbetiana de que se deve buscar o comando do mar, e de que esse é obtido através do controle das LCM, tanto militares quanto comerciais.

Corbett também propugnou que o controle das LCM deve ser obtido através da projeção de poder a partir de bases navais ou de forças navais desdobradas em seus pontos focais, e que se deve buscar o estabelecimento das próprias forças no objetivo territorial antes que o inimigo possa juntar forças para nos impedir. Seguindo esse preceito, a RPC, coberta pelas relações político-econômicas estabelecidas através da iniciativa OBOR, vem buscando o estabelecimento de bases navais ou pontos de apoio em diversos Estados limítrofes ao Mar do Sul da China, Estreito de Málaca, costa Sul-Asiática e costa Leste da África.

Conforme ressalta Christopher Yung (2015), o modelo mais conhecido de instalação de bases navais atribuído à China é o de colar de pérolas²⁰. Segundo esse modelo, a RPC busca disfarçada e gradualmente estabelecer instalações militares em pontos comerciais. Essas instalações podem ser usadas para garantir acesso à energia e matérias-primas, além de aumentar a influência chinesa e, principalmente, evitar que eventuais inimigos interfiram com o tráfego mercante chinês que passe em suas proximidades. Portanto, segundo Yung (2015), o modelo colar de pérolas trata-se do desenvolvimento velado de instalações, por parte da RPC, com a intenção de serem utilizadas em operações maiores de combate, por ocasião de eventual conflito armado.

Ao se observar os locais onde a RPC vem envidando esforços para instalar suas bases ultramarinas, pode-se aduzir que ela esteja buscando ocupar, antes de eventual inimigo, posições favoráveis em pontos focais de suas LCM, de onde teria a capacidade de projetar o seu poder naval, e, dessa forma, garantir para si o seu uso, negando-o ao inimigo, conforme propõe Corbett, em sua asserção sobre a maneira mais eficaz de conduzir a defensiva. Nesse aspecto, o autor frisou que se deve buscar a iniciativa das ações. Destacou também que a maneira mais eficaz de obtê-la é constituir forças com prontidão e mobilidade superiores, ou

²⁰ Há seis modelos gerais de padrões de bases: *pit stop*, rede colonial enxuta, instalação logística de uso duplo, colar de pérolas, armazém e modelo estadunidense (YUNG, 2015).

mantê-las mais convenientemente situadas, de modo que seja possível estabelecer-se no objetivo territorial antes que o inimigo possa juntar forças para nos impedir.

No que diz respeito ao emprego da força naval em mares afastados, pode-se perceber que a MELP tem sido utilizada, nas últimas décadas, em proveito de operações de paz da Organização das Nações Unidas²¹ (ONU); patrulhas contra a pirataria no Golfo de Aden; em desdobramentos curtos em atendimento a exercícios militares, assistência humanitária e evacuação de não combatentes no Oriente Médio, Europa, África, Sul e Sudeste Asiáticos, Oceania e América Latina; e em desdobramento de submarinos no Oceano Índico (SAUNDERS, 2020). Tais operações vêm aumentando a familiarização da marinha chinesa com essas regiões, além de incrementar sua proficiência no emprego de seus navios-aeródromo e na condução de apoio logístico móvel a grandes distâncias, de modo que a capacidade de conduzir operações além da primeira cadeia de ilhas está crescendo de forma relevante (EUA, 2020a). Essa busca por evolução, em termos de experiência e adestramento, denota preparação para o emprego da marinha chinesa em mares longínquos e por longos períodos, e dividida em forças-tarefa espalhadas por diversos mares, a partir de bases navais, de modo a cobrir as extensas LCM de interesse chinesas, conforme propõe Yung (2015).

Pode-se observar, portanto, que Pequim vem se preparando para se desdobrar e operar em qualquer parte da extensão de suas LCM de interesse. Esse fato denota atenção ao segundo princípio da teoria de dispersão e concentração de forças de Corbett, que é a consideração que deve ser dada à extensão das LCM a serem protegidas. Tal preceito estabelece que o grau de divisão de nossa força deve ser proporcional ao número de portos a

²¹ A Organização das Nações Unidas é um órgão internacional, fundada em 1945 e atualmente composta por 193 estados-membro. Seu propósito de manter a paz e segurança internacionais, desenvolver as relações amigáveis entre as nações baseadas no respeito ao princípio da igualdade e auto-determinação dos povos e atingir a cooperação internacional para resolver questões internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário.

partir dos quais o inimigo pode agir contra nossos interesses marítimos, não somente para nos defendermos, mas também para atacá-lo, utilizando-nos da oportunidade de contra-ataque.

Além do componente de adestramento, realizado através do emprego dos meios já disponíveis, a marinha chinesa também lançou mão de um grande projeto de reaparelhamento, que prevê a construção de novos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, que irão viabilizar a operação além do alcance das defesas baseadas em terra. A futura operacionalização de navios-aeródromo; a construção de novos modelos de submarinos, principalmente os nucleares; e o desenvolvimento de sistemas de armas embarcados com alcances cada vez maiores permitirão à RPC formar forças-tarefa capazes de projetar poder, controlar áreas marítimas e prover defesa aeroespacial a longas distâncias do território-mãe. Essas forças-tarefa, compostas por meios que podem ser considerados os cruzadores da idade moderna de acordo com Ian Speller (2014), possibilitarão à MELP exercer o controle das LCM, tal qual postulado por Corbett.

Outro importante avanço que permitirá a operação em teatros marítimos distantes é a construção de uma força de navios logísticos, altamente capazes de apoiar operações a longas distâncias e de longa duração, a exemplo dos navios da classe *Fuyu*, construídos especificamente para apoio da operação de navios-aeródromo (EUA, 2020a).

A expansão e modernização da frota chinesa de navios-anfíbios e de seu corpo de fuzileiros navais denotam busca por se capacitar a realizar operações expedicionárias em qualquer lugar que seus interesses venham a ser ameaçados. Portanto, esse fato demonstra a aderência ao conceito corbetiano de operações combinadas. Essas operações são aquelas em que há uma estreita cooperação entre uma força terrestre e uma força naval, de modo a conquistar um objetivo limitado.

Por sua vez, os objetivos limitados são aqueles em que os fins poderiam ser atingidos através da captura de um objeto definido. A partir de sua conquista, e através dos

elementos de força inerentes à defensiva, pode-se configurar uma situação em que custaria mais ao inimigo remover nossas forças, do que aquilo que ele estaria disposto a pagar. Em função disso, Corbett propõe que há um fator de força inerente à guerra limitada. Sendo assim, a ampliação da capacidade chinesa de conquistar objetivos limitados é mais um ponto de contato de sua estratégia naval com a teoria corbetiana.

Corbett ainda definiu que, para que um objetivo fosse considerado limitado, o interesse político nele deveria ser limitado, de modo que ele seria abandonado, caso o custo de sua conquista fosse maior do que o tolerado. Além disso, o autor considera que regiões separadas pelo mar podem ser consideradas objetivos limitados, pois podem ser isoladas por ações estratégicas.

Nesse sentido, os objetivos chineses que estão além da segunda cadeia de ilhas são limitados pelas duas razões. Primeiro porque o governo chinês definiu que buscará apenas balanço favorável de poder nessa região (LATHAN, 2020), o que denota interesse político limitado. Em segundo lugar, porque as áreas de interesse chinesas entre a segunda e a quinta cadeia de ilhas são separadas do território chinês pelos oceanos, e podem ser isoladas por bloqueios navais. Portanto, do ponto de vista da RPC, o seu foco de atuação nessa região seria o de conquista de objetivos limitados. A conquista de objetivos limitados é postulada por Corbett como a estratégia ideal a ser adotada. Dessa forma, esse é mais um raciocínio no qual se observa alinhamento entre a estratégia naval chinesa e a teoria corbetiana.

Ao se analisar as posições em que as bases a partir das quais a força naval chinesa possivelmente passará a operar, conforme proposto por Yung (2015), associadas ao alcance dos mísseis e aeronaves que podem ser lançados a partir dos meios de superfície e submarinos chineses atualmente em construção no seu projeto de reaparelhamento, pode-se aduzir que aquelas forças ficarão dispostas ao longo das LCM de interesse da RPC, e que as forças-tarefa terão capacidade de concentrar fogos e realizar apoio mútuo, atendendo ao princípio da

flexibilidade, observado dentro do conceito de concentração e dispersão de forças no mar proposto por Corbett.

Nesta seção buscou-se fazer uma análise dos fatos presentes relativos ao atual emprego da MELP e ao seu projeto de reaparelhamento. Ambos foram comandados por um poder político que determinou a sua expansão para águas azuis, a fim de proteger suas LCM, com a diretriz de apenas manter um equilíbrio de poder favorável. Tal postura deve-se à necessidade de não comprometer suas parcerias político-econômicas com os demais Estados, e demonstra o estabelecimento de objetivos sobre os quais o interesse é limitado.

Além disso, as forças armadas tiveram a orientação de manter a postura de defesa ativa, valendo-se das vantagens do contra-ataque. Associado a isso, a MELP tem buscado o pré-posicionamento ao longo dos pontos focais de suas LCM no Oceano Índico, o que demonstra a importância que atualmente atribui à elas, além da busca pelo estabelecimento de posições defensivas antes de eventual ação do inimigo. Ademais, Pequim vem investindo nos meios navais adequados a garantir o exercício do comando do mar previsto na teoria de Corbett.

As posições das bases, que estão sendo estabelecidas, permitem que as forças-tarefa que estiverem operando a partir de cada uma delas tenham a capacidade de apoiar-se mutuamente, ao mesmo tempo em que mantêm a capacidade de contrapor-se a ataques descentralizados. À aplicação desse dispositivo, Corbett designou como a coesão elástica.

Caso seja necessária a tomada de objetivo de interesse limitado, a China também se capacitou a realizar operações anfíbias em qualquer local de interesse, não importando o quanto esteja afastado de seu território.

Todas essas diretrizes e ações estratégicas, que envolvem o preparo e emprego do poder naval na atualidade, denotam a formatação da MELP para agir conforme linhas de ação presentes na teoria de Corbett.

Após a confrontação dos fatos presentes relativos ao poder naval e à grande estratégia chinesa com a teoria corbetiana, de modo a confirmar sua aderência, será analisado, na próxima seção, um possível estado final desejado para MELP, à luz do grande projeto geopolítico chinês, e como essa força possivelmente virá a se inserir no cenário global até o marco final do projeto de rejuvenescimento da RPC, em 2049.

4.2 Perspectiva de Evolução da Estratégia Naval Chinesa

Nesta seção buscar-se-á avaliar possível cenário de emprego da MELP à luz do projeto nacional de uma China rejuvenescida, cujo horizonte é o ano de 2049, a fim de levantar evidências que venham a confirmar se a sua perspectiva de emprego, após completado o programa de reaparelhamento chinês, permanecerá aderente aos conceitos formulados por Corbett.

De acordo com Fanell (2019), ex-Diretor do Serviço de Inteligência da Esquadra do Pacífico, o maior sonho do Estado chinês é o rejuvenescimento nacional, o qual consiste na completa reunificação chinesa. Ele também afirma que os cidadãos chineses têm a determinação, confiança e habilidade para derrotar qualquer tentativa separatista. Conforme observado por aquele autor, o atual líder do PCC, presidente Xi Jinping (1953-) afirmou que, apesar de haver um longo caminho a ser trilhado, há tempo limitado para atingir o objetivo, de modo que a RPC não deve acomodar-se e aceitar o *status quo*.

Em função das evidências, a afirmativa de Xi Jinping denota que a RPC deseja comemorar sua completa restauração no seu centésimo aniversário de fundação, em 2049. Portanto, restaria o questionamento de quando aquela república passará da postura de reunificação por vias diplomáticas para o emprego da expressão militar do poder, caso não

logre êxito em obtê-la . As estimativas são de que essa virada deva ocorrer entre 2020 e 2030, em um período denominado de década da inquietação²² (FANELL, 2019).

James Fanell (2019) estima que o PCC provavelmente calculou qual seria a data mais tardia em que poderia empregar a força militar e ainda ser capaz de conduzir uma cerimônia alusiva à restauração nacional memorável em 2049. Um padrão provável adotado seria aquele observado entre o massacre da Praça da Paz Celestial²³ e os Jogos Olímpicos de Pequim em 2008, em que a comunidade mundial condenou o massacre dos próprios cidadãos chineses, e, em apenas dezenove anos, os líderes mundiais reuniam-se ao governo chinês para participar dos jogos olímpicos, os quais foram classificados pelo ex-presidente estadunidense George W. Bush (1946-) como espetaculares e bem sucedidos. Dessa forma, Pequim possivelmente considera que o ocidente esquecerá até o mais bárbaro dos atos em cerca de vinte anos. Sendo assim, a fim de já ter obtido o perdão por eventuais agressões em 2049, o partido teria até 2030 para unificar-se à força. Já o ano de 2020 como marco inicial dá-se em função de aquele analista considerar que a RPC já tem apoio suficiente para conduzir a ofensiva (FANELL, 2019).

Conforme prenuncia Fanell (2019), durante a década da inquietação, ilustrada na FIG. 6, encorajada por suas forças de primeira linha, a MELP engajaria em operações em todos os oceanos, a fim de coagir e intimidar os EUA, seu principal adversário geopolítico.

²² “the decade of concern”, tradução do autor.

²³ Na madrugada de 4 de junho de 1989, milhares de soldados e carros de combate invadiram a Praça Tiananmen (também conhecida como Praça da Paz Celestial) por todos os cantos. Enquanto os militares disparavam a esmo, os blindados atropelavam estudantes desarmados, que ocupavam o coração de Pequim para exigir democracia e abertura política (CRAVEIRO, 2019).

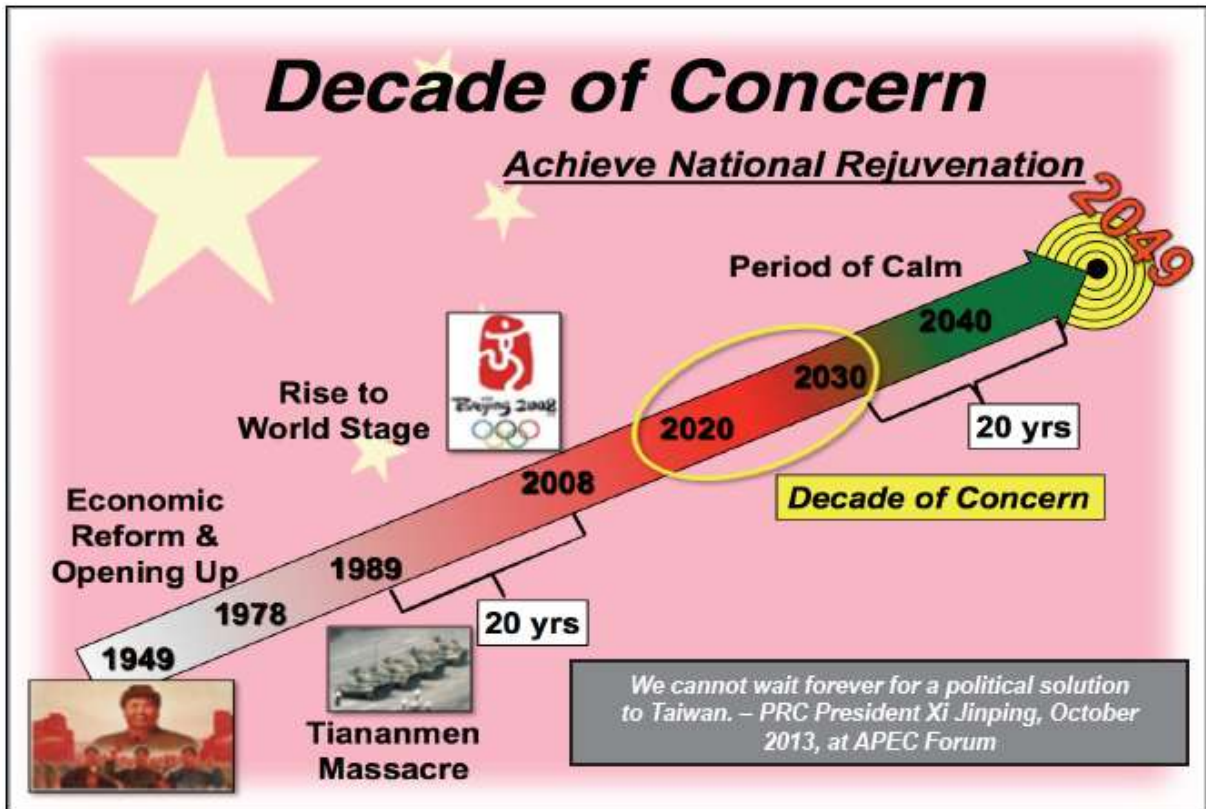


FIGURA 6 – Linha do tempo para o cálculo da década de inquietação. Fonte: FANELL, 2019, p. 35.

Cabe ressaltar que, em função da elevada capacidade produtiva de sua indústria naval e do salto quantitativo e qualitativo observado na MELP no período de 2000 a 2015, conforme aponta a FIG. 7, a RPC demonstra ter condições de levar a cabo a empreitada de tornar-se uma marinha global durante o período da década da inquietação.

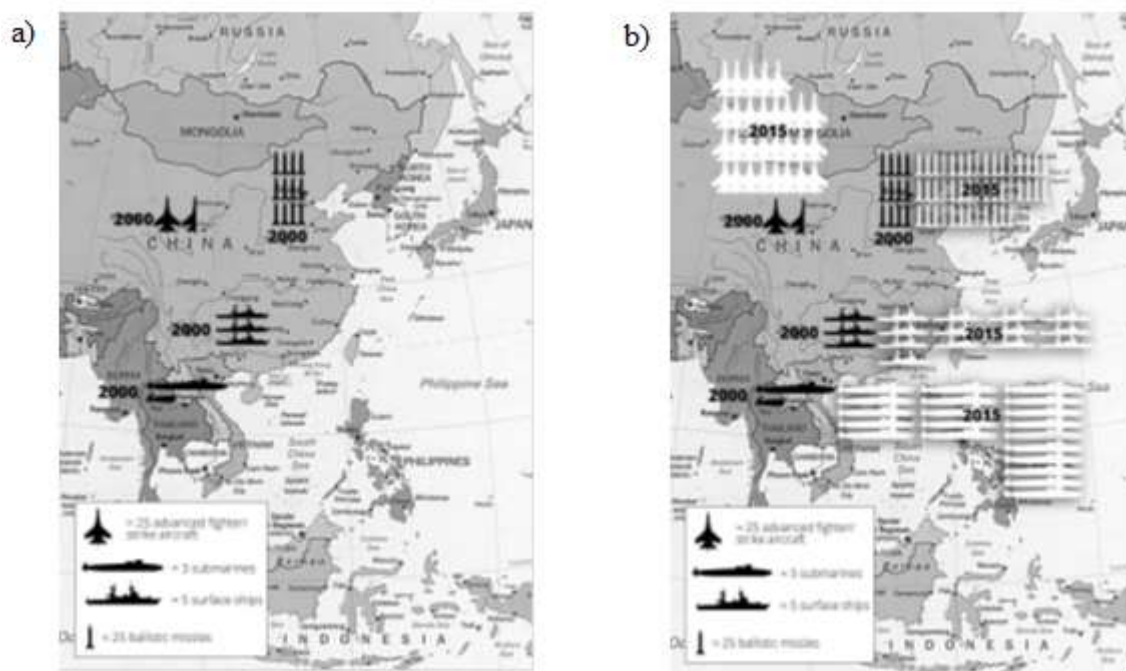


FIGURA 7 – Aumento do poder militar da RPC.

a) Capacidades militares do ELP em 2000.

b) Capacidades militares expandidas em 2015.

Fonte: FANELL, 2019, p. 7.

Em sua análise da segurança internacional, Geoffrey Gresh (2020) busca responder como controlar as ondas da Eurásia, em alusão à expansão da China em aliança com a Rússia, e a resposta ao problema estudado em sua pesquisa foi a proposição de uma nova competição por grande poder no mar. A mesma solução foi recomendada por Fanell: “a alta administração deve declarar inequivocamente que as relações entre EUA e China entram em um novo período de competição”²⁴ (FANELL, 2019, p. 36, tradução do autor). Em 2020, ano seguinte à proposta de Fanell, entrou em vigor a publicação *Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*, o primeiro documento formal que estabeleceu a competição por grande poder no mar pelos EUA, frente à China e à Rússia, visando obter vantagem na luta pelo comando do mar (EUA, 2020b).

Do ponto de vista chinês, Shi Xiaoqin e Liu Xiaobo (2021), que são respectivamente Coronel da reserva do ELP, hoje exercendo o cargo de Diretor do Instituto Nacional do Mar do Sul da China; e ex-Comandante da MELP, atualmente pesquisador sênior

²⁴ “the administration should declare unambiguously that U.S.-China relations have entered a new period of competition”. Traduzido do inglês.

do Instituto Naval da China, ao avaliarem a nova estratégia naval dos EUA, enfatizam o fato de ter sido atribuída à China a condição de principal oponente, inaugurando a competição estratégica sino-estadunidense. Esse enfoque deu origem ao texto publicado pelos autores: O Prelúdio da Competição Marítima Abrangente entre China e EUA está prestes a Começar – uma Avaliação da mais Nova Estratégia Marítima dos Estados Unidos da América²⁵. Nesse documento, os chineses ressaltam a mudança de postura norte-americana e a unificação de todas as suas forças navais, com uma única orientação estratégica, caracterizando essa mudança por dois eventos: primeiro, o Comandante de Operações Navais da marinha norte-americana propôs a recriação da 1ª Esquadra para preencher a lacuna de força entre os Oceanos Pacífico e Índico; segundo, a guarda costeira estadunidense, que tradicionalmente restringia suas operações às proximidades da costa dos EUA, avançou recentemente para região do Mar do Sul da China (XIAOQIN; XIAOBO, 2021).

Os autores chineses identificam, na nova postura estratégica estadunidense, um novo desafio à segurança marítima, recomendando que a China adote medidas para controlar potenciais conflitos marítimos com os EUA, estabelecendo quatro eixos de atuação. Primeiro, a contenção estratégica, envidando todos os esforços para instar os norte-americanos a reduzir sua hostilidade. Segundo, manter o bom funcionamento dos canais de comunicação estratégicos e os mecanismos de controle de crise, a fim de evitar mal-entendidos e erros de cálculo, que possam resultar em conflito. Terceiro, unir os estados vizinhos, visando a salvaguarda conjunta da segurança e da paz. Quarto, promover a governança marítima global e regional, visando a conter impulsos dos EUA no sentido de militarizar a segurança marítima (XIAOQIN; XIAOBO, 2021). Tais ações, por parte da China, vêm a corroborar com a previsão de operação em todos os oceanos feita por Fanell (2019).

²⁵ “The Prelude to All-Encompassing Maritime Competition Between China and the U.S. is about to Begin – Na Appraisal of America’s Newest Maritime Strategy”, tradução do autor.

No artigo *From Mahan to Corbett?*, Holmes (2011) prevê um provável cenário de disputa marítima global entre EUA e China. Dada a resistência que ambos encontrarão ante as potências locais, que terão vantagens relevantes quando operando em seu próprio território, as forças expedicionárias, tanto estadunidenses quanto chinesas, terão que impor superioridade local e temporária em locais e momentos críticos, uma vez que o domínio pleno e permanente, tal qual advogado por Mahan, será inviável.

Portanto, também em um cenário de disputa marítima global entre EUA e China, a MELP necessitará manter as capacidades que foram atualmente incorporadas em seu programa de reestruturação. Além da perpetuação dessas capacidades, a RPC necessitará manter a sua estratégia de exercer o comando do mar através do controle das LCM. Além disso, deverá manter-se capacitada para realizar operações anfíbias em terras distantes de seu território, como forma de conquistar eventuais objetivos limitados de interesse. Esses fatores levam a concluir que a RPC tenderá a manter sua estratégia aderente à teoria de Corbett, também em um cenário de longo prazo.

Encerrada a confrontação entre a realidade, atual e futura, da estratégia do poder naval chinês e a teoria de Corbett, no capítulo seguinte serão apresentadas as conclusões às quais este estudo chegou, no que diz respeito à aderência entre ambas.

5 CONCLUSÕES

A China iniciou, em 1978, um processo de abertura parcial de sua economia que, desde então, vem lhe garantindo um considerável crescimento. Na esteira desse fenômeno, foi criado um projeto geopolítico com metas ambiciosas, cujo estado final desejado contempla a reunificação de Taiwan e Ilhas Senkaku, além da capacidade de exercer influência política, econômica e militar em escala global.

O centro desse projeto é a manutenção de seu crescimento econômico, o qual criou a base industrial e estabilidade interna que garantem a possibilidade de expansão das capacidades chinesas. A fim de garanti-lo, a RPC vem estabelecendo intenso relacionamento político-econômico com outros Estados, de modo a garantir insumos, oportunidades de investimento de seu excesso de capital e estabilidade externa, que fomentam, ainda mais, sua prosperidade.

Sendo assim, o fortalecimento de seu comércio exterior veio a aumentar a relevância do papel exercido pelo seu tráfego marítimo e, portanto, das LCM chinesas. Esse novo paradigma pode ser comparável ao vivido pela Grã-Bretanha em seu período colonial, com a diferença de que, ao invés de lidar com possessões ultramarinas, a China mantém apenas relações de interdependência econômica com Estados dela separados pelos oceanos. Portanto, a nova conjuntura veio a implicar no estímulo à mentalidade marítima chinesa.

Surgiu, então, a necessidade de proteger o comércio marítimo, principalmente aquele afeto ao transporte de hidrocarbonetos, que garantem a essencial segurança energética chinesa. Dessa forma, o governo chinês estabeleceu que a MELP se voltasse às águas azuis, o que implicou na necessidade de revisão da estratégia do poder naval chinês.

Em função da dependência chinesa do relacionamento diplomático e econômico com os Estados com quem tem parcerias, a RPC buscou adotar uma postura defensiva, a fim de não intimidá-los. Sendo assim, a orientação às suas forças armadas foi de adotar a defesa

ativa como postura estratégica. Portanto, à luz dessa necessidade, os planejadores do poder naval chinês voltaram-se para a exploração das vantagens da defensiva através do contra-ataque, que é uma das ideias postuladas por Corbett.

Dessa forma, Pequim iniciou o processo de reaparelhamento e modernização de seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, de modo a capacitar a MELP a atuar em áreas afastadas de sua costa e de forma autônoma do poder que consegue projetar a partir de seu território. Nesse sentido, a marinha chinesa passou a investir na construção de navios-aeródromo, destróieres e fragatas, que são os cruzadores da idade contemporânea, e que são responsáveis pelo exercício do controle das LCM, conforme proposto por Corbett. Complementarmente, tem sido construídos navios de apoio, de modo a incrementar a permanência da força naval em áreas afastadas de seu território-mãe.

Além disso, a RPC vem buscando estabelecer bases nas proximidades dos pontos focais de suas LCM, conforme postulado por Corbett, principalmente no Sul da Ásia e Leste da África. Observando-se a distribuição daquelas bases, e considerando-se o alcance dos ASCM, ASBM, SLBM e aeronaves do poder naval, pode-se perceber que sua distribuição permite atingir a coesão elástica proposta por aquele autor. Esse conceito consiste no posicionamento das forças-tarefa a distâncias que não lhes tirem a capacidade de apoio mútuo, ao mesmo tempo em que mantém a possibilidade de se contraporem a ataques descentralizados.

O investimento em navios anfíbios e no seu corpo de fuzileiros navais demonstra que a China tem buscado aumentar a sua capacidade expedicionária. Desse modo, deduz-se que ela está se capacitando para a conquista de objetivos limitados, através da coordenação de esforços da força naval com a força terrestre. A importância da consecução de operações combinadas está entre os conceitos consagrados por Corbett.

Portanto, baseando-se em todos os conceitos e informações aqui levantados, principalmente os de que a MELP adota a postura de defesa ativa, a qual se vale do contra-ataque, e dividia em forças-tarefa dispostas ao longo de pontos focais de suas LCM, este estudo alcançou o propósito de verificar que há aderência da estratégia do poder naval chinês com a teoria proposta por Corbett.

Por fim, sugere-se, como relevante tema para estudo futuro, analisar quais as ações a RPC está envidando para exercer influência política, econômica e militar no entorno estratégico brasileiro, o qual inclui a América do Sul, o Oceano Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Escola de Guerra Naval. *Nota de Aula - Princípios de Estratégia Marítima: o Poder Marítimo em Ação*. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/egn/sites/www.marinha.mil.br/egn/files/Estrat%C3%A9gia%20-%20Princ%C3%ADpios%20de%20Estrat%C3%A9gia%20Mar%C3%ADtima.pdf>>. Acesso em 15 jul. 2021.

CHINA, The State Council Information Office of the People's Republic of China. *China's National Defense in the New Era*. Pequim, 2019. Disponível em: <http://english.www.gov.cn/archive/whitepaper/201907/24/content_WS5d3941ddc6d08408f502283d.html>. Acesso em: 17 mai. 2021.

CORBETT, Julian S. *Some Principles of Maritime Strategy*. Londres: Longmans, Green, and Co, 1911. In: GROVE, Eric. *Classics of Sea Power*. Annapolis: US Naval Institute, 1988. 351 p.

CRAVEIRO, Rodrigo. Massacre da Praça da Paz Celestial: Veja o Relato dos Sobreviventes. *Correio Braziliense*, 04 jun. 2019. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/06/04/interna_mundo,759951/massacre-da-praca-da-paz-celestial-veja-o-relato-de-sobreviventes.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2021.

DIAS, Cristiano. China Investe em Mianmá para Garantir Abastecimento de Petróleo. *O Estado de São Paulo*, 22 jul. 2021. Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,china-investe-em-mianma-para-garantir-abastecimento-de-petroleo,55950>> . Acesso em 22 jul. 2021.

EIA. *South China Sea*. Eia Beta. Washington. 07 fev. 2013. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/content/analysis/regions_of_interest/South_China_Sea/south_china_sea.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.

EUA, Office of the Secretary of Defense. *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2020 - Annual Report to Congress*. Washington, 2020a. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2020/Sep/01/2002488689/-1/-1/1/2020-DOD-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT-FINAL.PDF>>. Acesso em 17 mai. 2021.

EUA, Secretary of the Navy. *Advantage at Sea: Prevailing with Integrated All-Domain Naval Power*. Washington, 2020b. Disponível em: <<https://media.defense.gov/2020/Dec/16/2002553074/-1/-1/0/TRISERVICESTRATEGY.PDF>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

FANELL, James E. Asia Rising: China's Global Naval Strategy and Expanding Force Structure. *Naval War College Review*, Washington-DC, Vol. 72, No. 1, Winter 2019. Disponível em: <<https://digital-commons.usnwc.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=7871&context=nwc-review>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GHOSH, P. K. Game Changers? Chinese Submarines in the Indian Ocean. *The Diplomat*, 06 jul. 2015. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2015/07/game-changers-chinese-submarines-in-the-indian-ocean/>> . Acesso em: 09 jul. 2021.

GRESH, Geoffrey F. *To Rule Eurasia's Waves: The New Great Power Competition at Sea*. Yale University Press Books, Michigan, 2020. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=4osAEAAAQBAJ&pg=PA337&lpg=PA337&dq=china%27s+global+naval+strategy+and+expanding+force+structure+pathway+to+hegemony&source=bl&ots=b0F1Wdc3wy&sig=ACfU3U3aD7ms2CiIO1I1Tz2DiHEEcrHjgA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwivpLn0JyAhVFrpUCHQP_DFIQ6AF6BAgMEAM#v=onepage&q=china's%20global%20naval%20strategy%20and%20expanding%20force%20structure%20pathway%20to%20hegemony&f=false>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GROVE, Eric. *Classics of Sea Power*. Annapolis: US Naval Institute, 1988. 351 p.

HARPER, Jon. Eagle vs Dragon: How the U.S. and Chinese Navies Stack Up. *National Defense Magazine*, Arlington, Special Report, 09 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.nationaldefensemagazine.org/articles/2020/3/9/eagle-vs-dragon-how-the-us-and-chinese-navies-stack-up>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

HOLMES, James. Visualize Chinese Sea Power. *Proceedings*, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.usni.org/magazines/proceedings/2018/june/visualize-chinese-sea-power>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Idem. From Mahan to Corbett? . *The Diplomat*, dez. 2011. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2011/12/from-mahan-to-corbett/>>. Acesso em: 04 ago. 2021.

LATHAM, Andrew. Mahan, Corbett, and China's Maritime Grand Strategy. *The Diplomat*, Issue 69, 2020. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2020/08/mahan-corbett-and-chinas-maritime-grand-strategy/>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

NEDOPIL, Christoph. Countries of the Belt and Road Initiative. Pequim. Disponível em: <<https://green-bri.org/countries-of-the-belt-and-road-initiative-bri/>> . Acesso em: 22 jul. 2021.

OECD. *China's Belt and Road Initiative in the Global Trade, Investment and Finance Landscape*. Paris. Disponível em: < China's Belt and Road Initiative in the Global Trade, Investment and Finance Landscape > . Acesso em: 08 jul. 2021.

SAKAMOTO, Shigeki. *Historic Waters and Rights Revisited : UNCLOS and Beyond ?* . Quioto. Disponível em: < <https://www.mofa.go.jp/files/000074505.pdf> >. Acesso em: 22 jul. 2021.

SAUNDERS, Phillip C. Beyond Borders: PLA Command and Control of Overseas Operations. *Strategic Forum*, Washington – DC, jul. 2020. Disponível em: <<https://inss.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-306.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2021.

SPELLER, Ian. *Understanding Naval Warfare*. New York: Routledge, 2014. 217 p.

XIAOQIN, Shi; XIAOBO, Liu. *The Prelude to All-Encompassing Maritime Competition Between China and the U.S. is about to Begin - An Appraisal of America's Newest Maritime Strategy*. Newport, Rhode Island. Disponível em: <<https://news.usni.org/2021/02/19/chinese-assessment-of-new-u-s-naval-strategy>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

YUNG, Christopher D. *Chinese Overseas Basing Requirements for the Twenty-First Century*. In: DUTTON, Peter A.; MARTINSON, Ryan D. et al. *Beyond the Wall: Chinese Far Seas Operations – China Maritime Studies No 13*. Newport, Rhode Island: US Naval War College Press, 2015. Disponível em: <http://www.andrewerickson.com/wp-content/uploads/2018/04/China-Maritime-Study-13_Chinese-Far-Seas-Operations_Dutton-Martinson_201505.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

ANEXO A – Corredores econômicos da iniciativa *One Belt One Road*

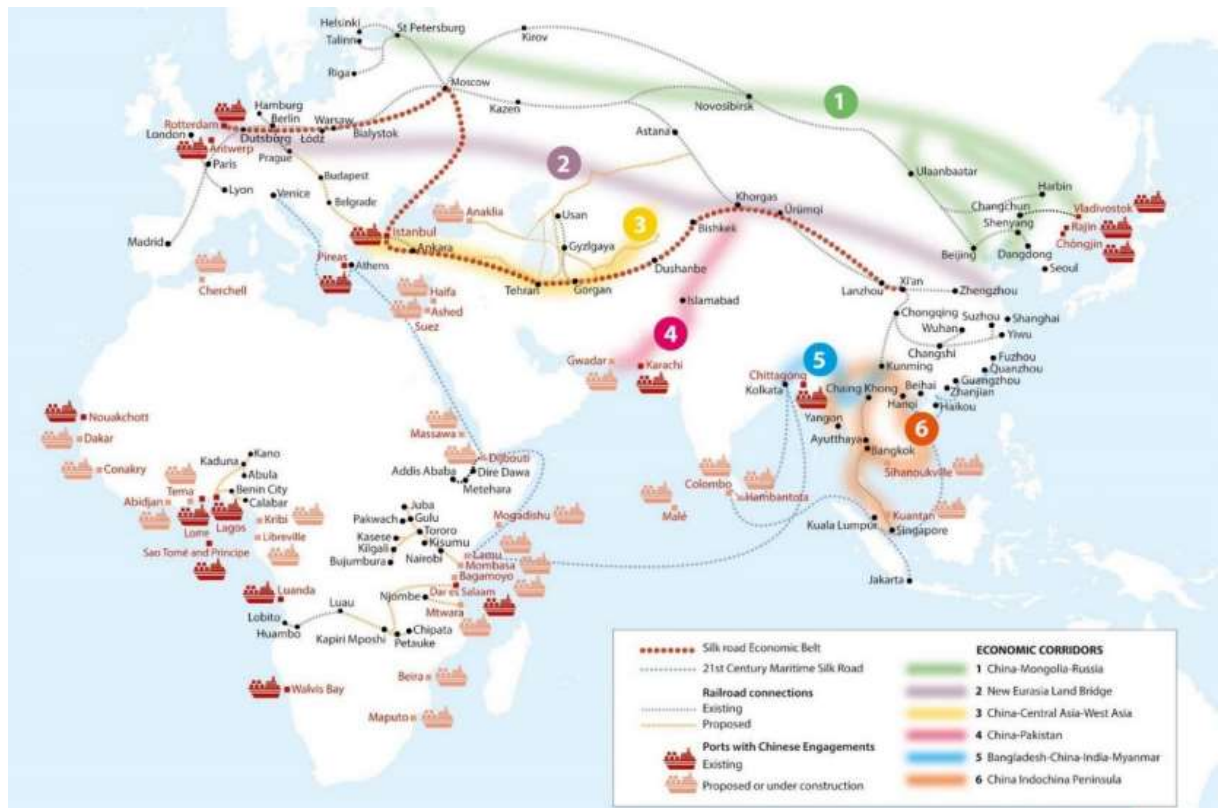


FIGURA 1 – Política *one belt one road*. Fonte: OECD, 2018, p. 11.

ANEXO B – Países aderentes à iniciativa *One Belt One Road*

Countries of the Belt and Road Initiative

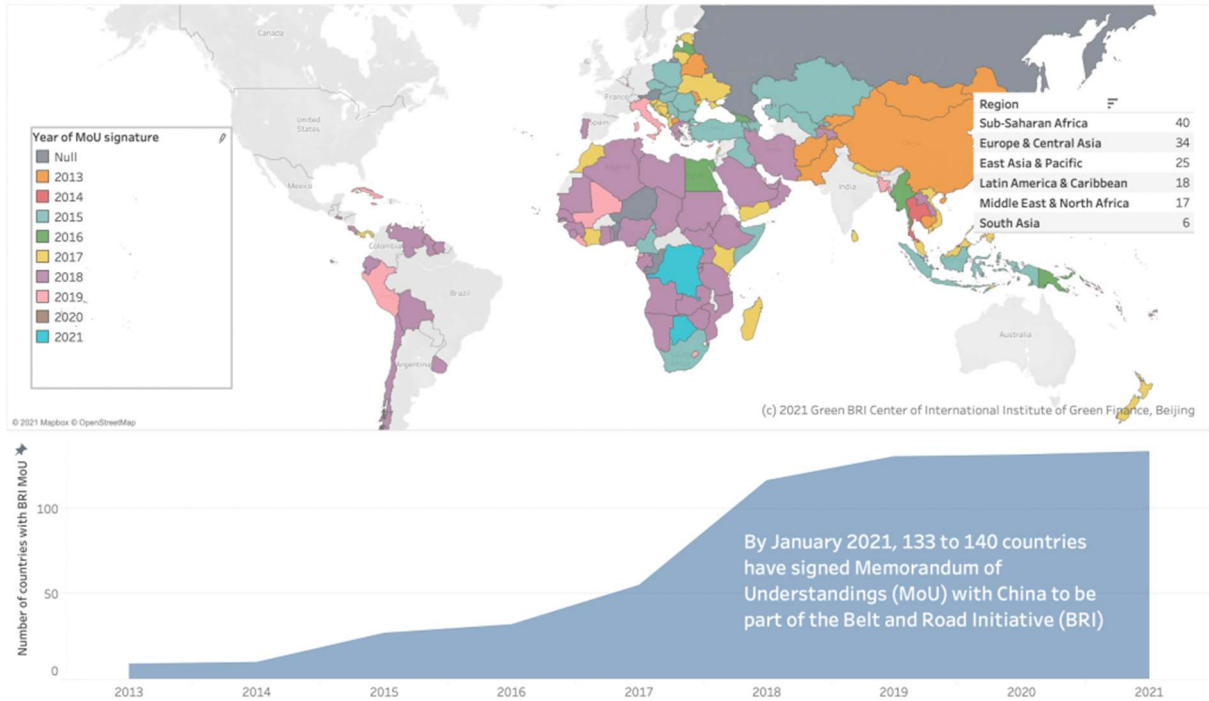


FIGURA 2 – Países aderentes à iniciativa *one belt one road*. Fonte: NEDOPIL, Christoph.

ANEXO C – Área pleiteada pela RPC no Mar do Sul da China

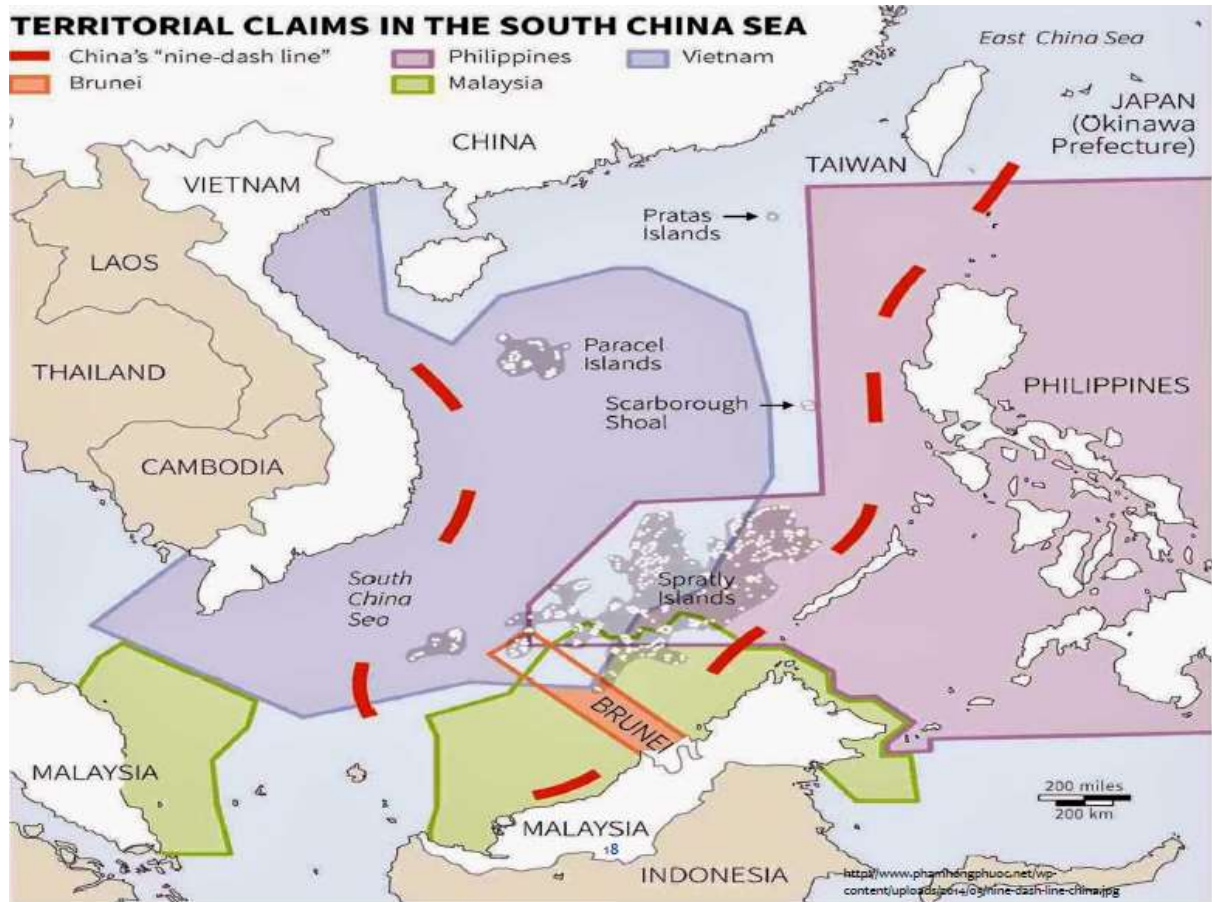


FIGURA 3 – Pleitos territoriais no Mar do Sul da China. Fonte: SAKAMOTO, Shigeki.

ANEXO D – Postos Avançados no Mar do Sul da China

Outposts in the Spratly Islands

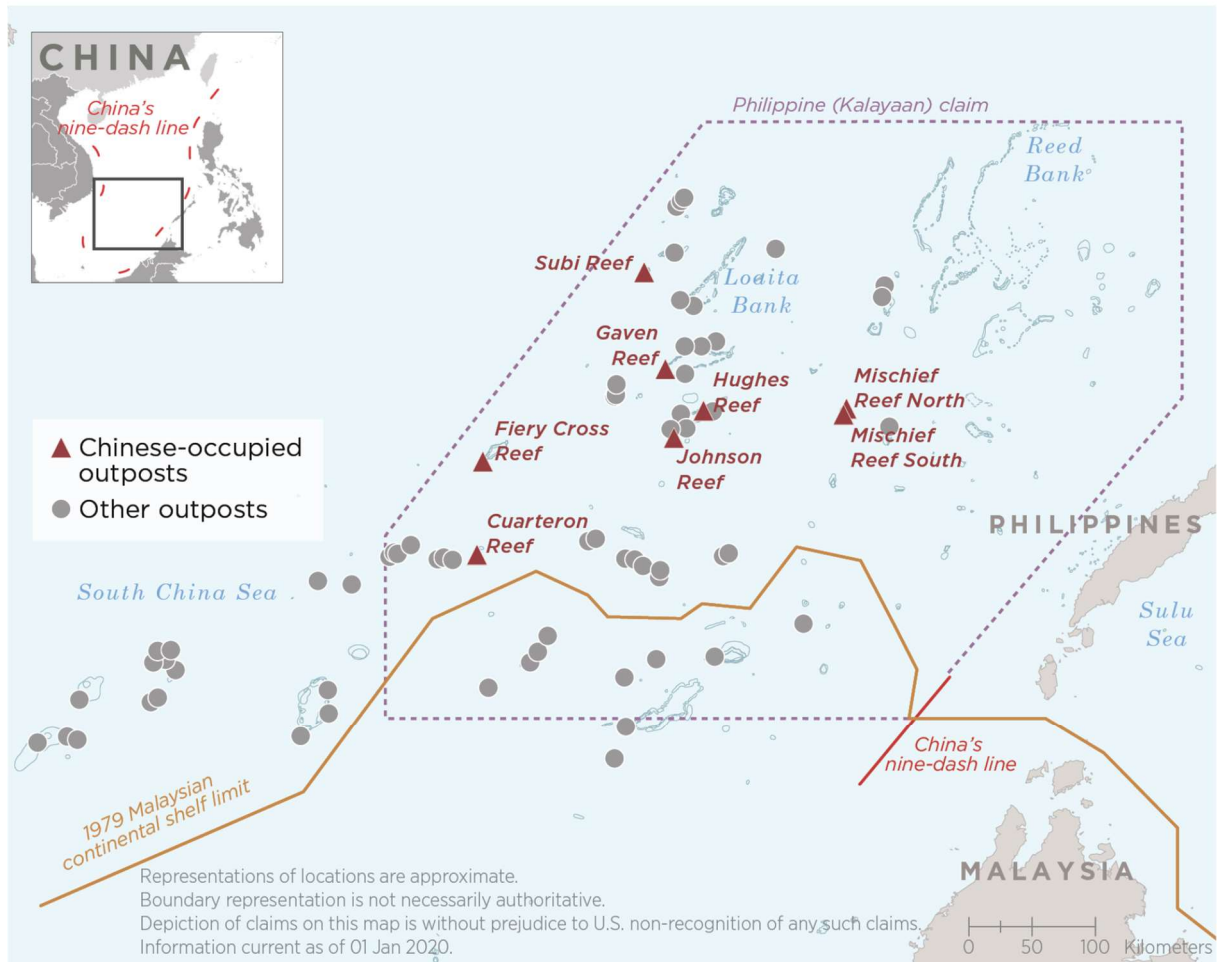


FIGURA 4 – Postos avançados chineses nas Ilhas Spratly. Fonte: EUA, 2020a, p.101.

ANEXO E – Alcance dos mísseis de cruzeiro e balísticos da RPC

Conventional Strike Capabilities

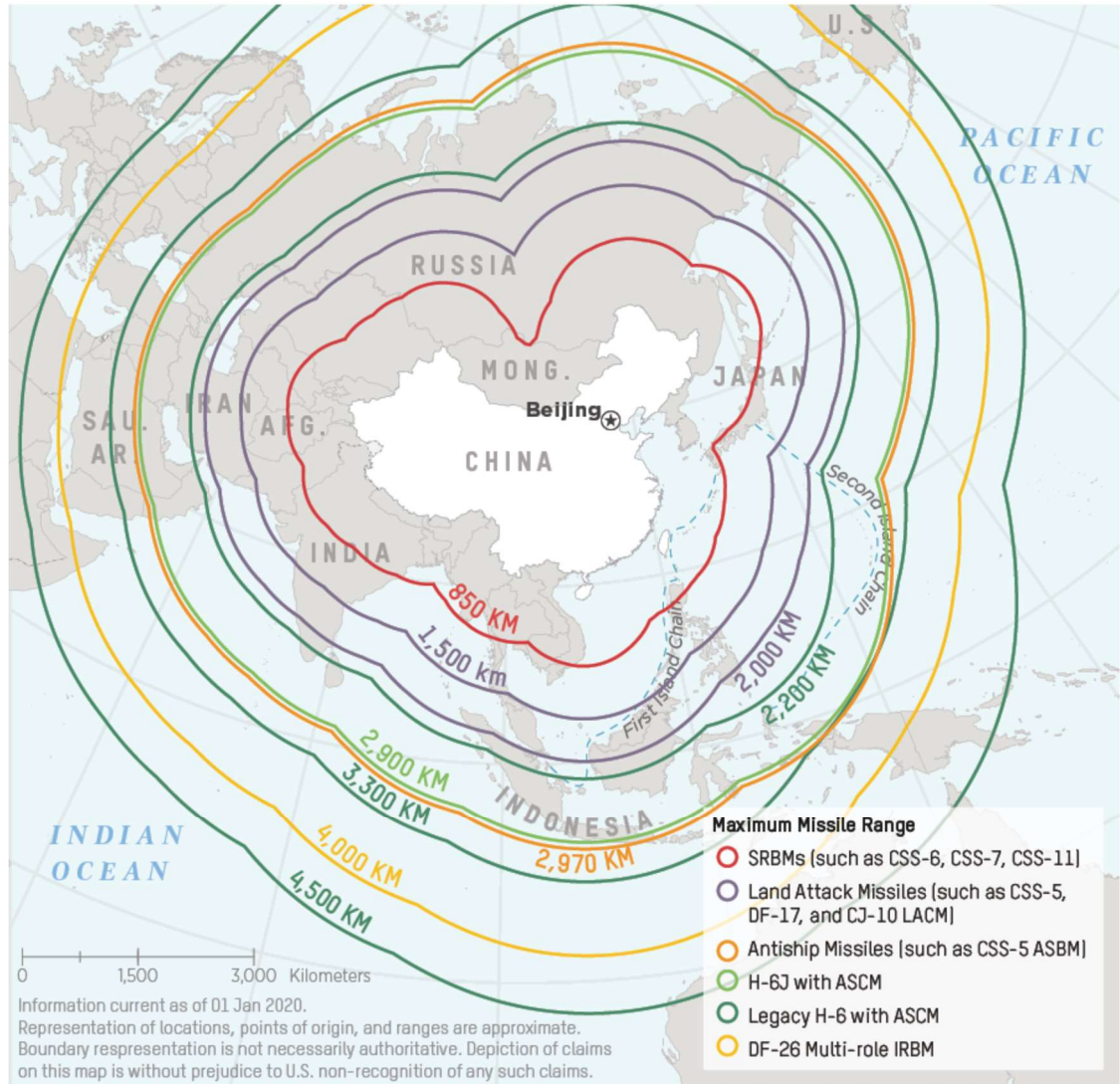


FIGURA 5 – Alcance dos mísseis de cruzeiro e balísticos da RPC. Fonte: EUA, 2020a, p. 57.